



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 064/2025 – PMJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 145/2025 de 15/05/2025

EXCLUSIVO ME/EPP

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, APH - SAMU E MATERIAIS PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Das 19:00 horas do dia 01/08/2025 às 14:30 horas do dia 15/08/2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 14:30 às 15:00 horas do dia 15/08/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:00 horas do dia 15/08/2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 501.006,59 (quinhentos e um mil e seis reais e cinquenta e nove centavos).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Juína-MT (<https://www.juina.mt.gov.br>); no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Juína, situado à Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT E/OU no Portal Nacional de Compras (<http://www.bll.org.br>).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, situada na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT - CEP.: 78320-000, E/OU por meio do Telefone (66) 3566-8300.

Juína-MT, 01 de agosto de 2025.

(Assinado eletronicamente)

ISABELLA CRYSTINA GONÇALVES DA CUNHA

Agente de Contratação

Portaria n.º 9.946/2025



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 064/2025

(Processo Administrativo n.º 145/2025)

EXCLUSIVO ME/EPP

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados no aviso de pregão.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, APH - SAMU E MATERIAIS PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Neste processo a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



3.8. Cada representante, ainda que munido de procuração, poderá representar apenas uma empresa licitante, sob pena de exclusão das representadas do certame.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.10.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório (**ANEXO VI**).

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (**ANEXO VI**).



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.4.2.1. O licitante desobrigado de reservar percentual de vagas aos aprendizes (art. 429, caput, da CLT) deverá comprovar tal condição através da apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, obtida por meio do link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal (**ANEXO VI**).

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (**ANEXO VI**).

4.4.4.1. O licitante desobrigado de reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdenciária Social deverá comprovar tal condição através da apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, obtida por meio do link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.

4.4.5. inexistente fato superveniente impeditivo a sua participação e que não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar com órgãos públicos (**ANEXO VI**).

4.4.6. não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei n.º 14.133/2021 (**ANEXO VI**).

4.4.7. nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (**ANEXO VI**).

4.4.8. terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas (**ANEXO VI**).

4.4.9. assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras (**ANEXO VI**).

4.4.10. as informações prestadas são verídicas, tendo ciência da responsabilidade pela veracidade das informações, na forma da lei (**ANEXO VI**).

4.4.11. assume o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, conforme previsto no artigo 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 01, de 19 de janeiro de 2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente (**ANEXO V**).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 (**ANEXO IV**).

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.6. Na ausência de campo próprio, no sistema, que possibilite ao fornecedor assinalar as declarações constantes no item 4.4 e 4.5, este deve fazê-lo por meio de Declaração formal, subscrita por seu representante legal.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

4.16.1. Habilitação Jurídica:

4.16.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.16.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.16.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição

7



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.16.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.16.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

4.16.1.6. Os documentos apresentados deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.16.1.7. Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante legal/sócios.

4.16.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

4.16.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

4.16.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.16.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4.16.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.16.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

4.16.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

4.16.2.7. Alvará de Funcionamento, do Município da Licitante, em plena validade.

4.16.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.16.3. Qualificação Econômico-Financeira:

4.16.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II), emitida há, no máximo, **30 (trinta) dias**, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

4.16.3.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.16.4. Qualificação Técnica:

4.16.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprove aptidão para o fornecimento de bens/produtos de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

4.16.4.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.16.4.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.16.4.1.3. A Administração poderá diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado ou fornecimento de bens/produtos, podendo solicitar cópias das Notas Fiscais, dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução do serviço ou fornecimento de bens/produtos.

4.16.4.1.4. Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

4.16.5. Documentos Complementares:

4.16.5.1. Catálogo Técnico do Produto ou informativo/cartilha/folder, em língua portuguesa, oficial/próprio do fabricante, contendo: ilustrações, fotografias, desenho industrial, dimensões, massa (peso), marca, modelo, especificações técnicas, manual e demais informações pertinentes que demonstrem as especificações técnicas e instruções de uso, que permita verificar a qualidade e segurança do produto, sem deixar qualquer dúvida por ocasião da análise técnica, contendo informações necessárias para avaliar se o produto ofertado atende as exigências.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. marca;

5.1.3. descrição detalhada do item, contendo todas as informações e especificações;

5.1.4. prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias.

5.2. É vedada a identificação do licitante na proposta de preços registrada no sistema configurando, para todos os efeitos, quebra do sigilo.

5.2.1. O licitante deverá enviar a sua proposta sem qualquer elemento que possa identificar a sua identidade, sob pena de desclassificação da proposta.

5.2.2. Caso seja solicitada a indicação da marca, bem como nos casos de contratação de serviços onde possibilitariam a identificação da licitante, esta poderá utilizar o termo “marca própria” ou “serviço”, conforme o caso.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele estipulado no sistema.
- 6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.22.5. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no item 4.16 deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou por conferência e ateste por servidor público do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Juína-MT ou por qualquer outro meio eletrônico legalmente admitido.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Não será aceito nenhum protocolo referente à solicitação às repartições competentes, em substituição aos documentos relacionados neste Edital, bem como não serão aceitos documentos rasurados ou fotocopiados via *fac-símile*.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



8.10. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuina/assinatura/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(is), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição/contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. O Cadastro de Reserva será composto pela ordem de classificação originária de lances, respeitando a preferência dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e posterior para os licitantes que mantiverem suas propostas originárias.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. fraudar a licitação.

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@juina.mt.gov.br, ou podendo usar o campo do próprio sistema BLL ou, ainda, protocolado junto ao Município de Juína – Setor de Licitação, situado na Travessa Emmanuel, 33N, Centro, Juína, Mato Grosso, CEP: 78.320.000, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

21



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.juina.mt.gov.br/licitacao>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

14.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

14.11.3. ANEXO III – Modelo Preferencial de Procuração;

14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME e EPP;

14.11.5. ANEXO V – Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental;

14.11.6. ANEXO VI - Modelo de Declarações;

14.11.7. ANEXO VII - Dados para Cadastro no Departamento de Licitação;

14.11.8. ANEXO VIII - Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.9. ANEXO IX – Minuta de Contrato Administrativo.

Juína-MT, 01 de agosto de 2025.

(Assinado eletronicamente)

ISABELLA CRYSTINA GONÇALVES DA CUNHA

Agente de Contratação

Portaria n.º 9.946/2025

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam#/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Processo Administrativo nº 145/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo de referência tem por finalidade o **PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, APH - SAMU E MATERIAIS PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Seq.	Código	Itens	Unidade	Quantidade	Preço Estimado	Valor Total
1	484885	APARELHO PARA VERIFICAR PRESSÃO ARTERIAL – DIGITAL. O APARELHO AUTOMÁTICO DE PULSO QUE REALIZA A MEDIÇÃO DA PRESSÃO SANGUÍNEA SISTÓLICA, DIASTÓLICA E FREQUÊNCIA CARDÍACA POR UM MÉTODO NÃO INVASIVO. O APARELHO UTILIZA O MÉTODO OSCIOMÉTRICO DE MEDIÇÃO. DEVERÁ TER: MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL E FREQUÊNCIA CARDÍACA; DETECÇÃO DE ARRITMIA CARDÍACA; INDICADOR GRÁFICO DE NÍVEL DE HIPERTENSÃO; MÉDIA AUTOMÁTICA DAS 3 ÚLTIMAS MEDIÇÕES; 120 MEMÓRIAS COM HORA E DATA; TOTALMENTE AUTOMÁTICO; MEDIÇÃO NO BRAÇO; DEVERÁ TER DURABILIDADE, CONFORTO, SER LEVE E RESISTENTE; BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL PARA MEDIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL; REVESTIMENTO ANTIBACTERIANO AJUDA A PREVENIR O CRESCIMENTO DE FUNGOS E BACTÉRIAS; BORDAS COM DOBRAS DIMINUEM O RISCO DE CORTES E DE ARRANHÕES; VELCRO DE ALTA QUALIDADE; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 01 APARELHO DIGITAL DE PRESSÃO DIGITAL - 01 BRAÇADEIRA DE BRAÇO DE 22 X 43 CENTÍMETROS (CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO ADULTO) – 01 BRAÇADEIRA CIRCUNFERÊNCIA DE 33 CM A 43CM (GRANDE) - 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS - 01 FONTE ADAPTADOR BIVOLT PARA USAR CONECTADO NA ENERGIA - 04 PILHAS AAA - 01 ESTOJO DE NYLON - 01 CAIXA ORIGINAL DO PRODUTO. GARANTIA DE 5 ANOS. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO. PRECISÃO CLINICAMENTE COMPROVADA DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DA	un	6	R\$ 142,32	R\$ 853,92

23



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		AAMI (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE INSTRUMENTOS) E DA BHS (SOCIEDADE BRITÂNICA DE HIPERTENSÃO). MARCAS DE REFERENCIA: G-TECH, OMRON OU TECHLINE.				
2	487120	ASPIRADOR CIRÚRGICO 5 LITROS A-45 PLUS C/ PEDESTAL. SISTEMA DE PRODUÇÃO DE VÁCUO ACIONADO POR DIAFRAGMA EM BORRACHA NEOPRENE E MALHA DE NYLON, COM ALTA DURABILIDADE E ELIMINANDO AS SUPERFÍCIES DE FRIÇÃO; REGISTRO AGULHA AÇO INOX, DE PASSO FINO, PARA AJUSTE DE VÁCUO, PROPORCIONANDO SUAVE REGULAGEM DA SUÇÃO; MOTOR ELÉTRICO COM ¼ CV, COM SISTEMA INTERNO DE EXAUSTÃO FORÇADA; VACUÔMETRO CALIBRADO ATÉ 30 POL HG (760 MM HG), GRANDE E FÁCIL LEITURA; AJUSTE DE VÁCUO, ENTRE 0 E 22 POL HG; FLUXO DE AR: 25 LITROS / MIN; ASPIRAÇÃO DE ÁGUA: 4 LITROS / MIN; VÁLVULA DE SEGURANÇA ACIONADA POR BÓIA PARA BLOQUEIO DE ENTRADA DE SECREÇÃO NO CABEÇOTE; FUNCIONAMENTO TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO; CARENAGEM PLÁSTICA PARA PROTEÇÃO DO MOTOR DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ABERTURA PARA SAÍDA DO SISTEMA DE EXAUSTÃO FORÇADA DO AR; ALÇA DE EMPUNHADURA NA PARTE SUPERIOR PARA LOCOMOÇÃO; PÉS ANTIDERRAPANTES DE BORRACHA, SISTEMA DE VENTOSAS; MICRO FILTRO HEPA PARA PARTÍCULAS DE ATÉ 0,5 MICRON. CINCO RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 2" DE DIÂMETRO, TODOS COM FREIO, EM MATERIAL PLÁSTICO, PERMITINDO FÁCIL MOVIMENTAÇÃO; ESTRUTURA TUBULAR COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, PINTADO EM TINTA EPÓXI POR PROCESSO ELETROSTÁTICO; EMPUNHADEIRA PARA TRANSPORTE; SUPORTE PARA CÂNULAS. POTÊNCIA DE ENTRADA MÁXIMA: 540 WATTS; 127/220 VAC - BIVOLT (CHAVE MANUAL SELETORA); FREQUÊNCIA DA REDE: 50/60 HZ; CABO DE ALIMENTAÇÃO FLEXÍVEL COM PLUG DE 3 VIAS (COM PINO DE ATERRAMENTO); DOIS FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO; SISTEMA DE PROTEÇÃO, COM REARME AUTOMÁTICO PARA SUPER AQUECIMENTO DO MOTOR E SOBRECARGA NA REDE ELÉTRICA. DIMENSÕES EXTERNAS (COM SUPORTE): LARGURA: 52 CM; ALTURA: 104 CM; COMPRIMENTO: 52 CM. MARCA EXIGIDA: OLIFED.	UNIDADE	3	R\$ 3.816,28	R\$ 11.448,84
3	484916	ASPIRADOR DE AR COMPRIMIDO TIPO VENTURI, COM PRESSÃO POSITIVA EM NEGATIVO GERANDO VÁCUO, TAMPA INJETADA EM NYLON - AR 120 - FRASCO COLETOR EM VIDRO COM ROSCA GRADUADA, 500 ML.	un	35	R\$ 175,00	R\$ 6.125,00

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prejuiamnt/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4	484951	ASPIRADOR DE SECRECAO MANUAL PORTATIL - DE PLASTICO RÍGIDO DE ALTA QUALIDADE. VÁCUO ACIMA DE 625 MMHG. PROPORCIONA SUÇÃO ELEVADA E DE BAIXA PRESSÃO PARA PROCEDIMENTOS PRECISOS. FRASCO COLETOR DE 300 ML; 02 CANULAS SEMIRRIGIDAS DE SILICONE, MOLDAVEIS, DISPONIVEIS EM TAMANHO ADULTO E INFANTIL; FRASCO COLETOR SEMITRANSARENTE; PESO LEVE E PORTATIL, IDEAL PARA USO EM EMERGENCIAS.	un	3	R\$ 829,90	R\$ 2.489,70
5	484756	ATADURA DE CREPE, 20CM X 1,8M	un	10	R\$ 2,12	R\$ 21,20
6	484758	ATADURA DE CREPE, 30CM X 1,8M	un	10	R\$ 4,04	R\$ 40,40
7	484892	ATADURA DE CREPOM: AS ATADURAS DE CREPOM DEVERÃO SER CONFECCIONADAS EM 100% ALGODÃO CRU COM DENSIDADE 13 FIOS. INDICADAS PARA DIVERSOS TIPOS DE CURATIVOS, TERAPIAS COMPRESSIVAS, APLICAÇÕES ORTOPÉDICAS, IMOBILIZAÇÕES, ENFAIXAMENTOS, FIXAÇÃO DE CURATIVOS E PREVENÇÃO DE CONTUSÕES EM ATIVIDADES ESPORTIVAS. ATADURAS DE CREPOM DEVEM SER ALTAMENTE RESISTENTES, COM ALTA TORÇÃO E COM ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL. TAMANHO: 10 CENTÍMETROS X 1,80 METROS EM REPOUSO. PESO: 190G. PACOTE COM 12 UNIDADES.	PC 12 UN	250	R\$ 12,90	R\$ 3.225,00
8	485015	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE PVC 120X070 - AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO COM PVC, MODELO FRONTAL, ILHOSES AFIXADOS, TIRANTES NA CINTURA E NOS OMBROS PARA AJUSTES - UNIDADE. (C.A. 43459)	un	5	R\$ 15,40	R\$ 77,00
9	484748	BANDAGEM TRIANGULAR TAMANHO - M (1,00X1,00X1,40)	un	32	R\$ 6,80	R\$ 217,60
10	484771	BONÉ TIPO ÁRABE - BONÉ DESENVOLVIDOS PARA UNIFORMIZAÇÃO E PROTEÇÃO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE ÓTIMO ASPECTO COM SAIA, MAIOR DURABILIDADE E ALTA RESISTÊNCIA AOS AGENTES ABRASIVOS DOS PROCESSOS INDUSTRIAIS E AS LAVAGENS. TECIDO COM PROTEÇÃO UV, QUE DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE QUALIDADE E LAUDO QUE INDICAM QUE SUA AÇÃO PROTETORA BLOQUEIA PELO MENOS 98% DA RADIAÇÃO UV. DEVERÁ SER ABSORVEDOR DE SUOR COM COBERTURA EM BRIM PROFISSIONAL, PROJETADO PARA PROPORCIONAR AO TRABALHADOR, CONFORTO E ABSORÇÃO AO SUOR QUE PODE ESCORRER PELA FACE. DEVERÁ TER CASQUETE INTERNO REMOVÍVEL: INJETADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA REFORÇAR A PROTEÇÃO AO TRABALHADOR CONTRA RISCOS DE ESCORIAÇÕES E AGENTES ABRASIVOS NA CABEÇA,	un	328	R\$ 22,00	R\$ 7.216,00

25



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO



		PROVOCADAS POR IMPACTOS E RASPÕES EM ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS. TAMANHO: CONTORNO DA CABEÇA DE 53 A 63 CM. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 BONÉ TIPO ÁRABE COM PROTEÇÃO UV. COR: PRETA, AZUL OU CINZA. PERSONALIZADO COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA (EM EXTREMA FIDELIDADE A ARTE ENVIADA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).				
11	484925	BOTA PROFISSIONAL BRANCA, CANO MEDIO, SEM FORRO, SEM BICO. BOTA DE PVC, CALÇADO DE SEGURANÇA E IMPERMEÁVEL. CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC). FORRAÇÃO INTERNA DE MALHA EM POLIÉSTER, SEM BICO DE AÇO E SEM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL. CANO DE 30CM. SOLADO MONODENSIDADE. IMPERMEÁVEL. SOLADO ANTI-DERRAPANTE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTAS PROFISSIONAL BRANCA CANO MÉDIO, SEM FORRO, SEM BICO. MARCAS DE REFERENCIA: WURTH, TECSEG OU INVIPRO. TAMANHOS: DO 36 AO 45 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	203	R\$ 48,00	R\$ 9.744,00
12	487034	BOTINA DE SEGURANÇA - CONFECCIONADA EM COURO NOBUCK PRETO COM FECHAMENTO COM CADARÇO; POSSUIR PALMILHA (EVA) DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO FIXADA PELO SISTEMA STROBEL; CONTAR COM PALMILHA REMOVÍVEL, FACILITANDO A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; POSSUIR SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE E BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO; PROTEGER OS PÉS DO TRABALHADOR CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTES. CANO ACOLCHOADO; FORRO DO CANO DEVERÁ SER EM NYLON; FORRAÇÃO INTERNA EM GÁSPEA. TECNOLOGIA DRY COMFORT INDICADA PARA PROTEÇÃO DOS PÉS EM ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS, METALÚRGICAS, AGRÍCOLAS, TRANSPORTADORAS, MINERAÇÃO, ENTRE OUTROS. A BOTINA DEVERÁ TER ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR) (E) E COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) (SRA). II) SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). CARACTERÍSTICAS: O CANO	PAR	238	R\$ 72,16	R\$ 17.174,08



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		ACOLCHOADO E A SOBREPALMILHA EM EVA GARANTEM UM CONFORTO INIGUALÁVEL, ENQUANTO A TECNOLOGIA DRY COMFORT MANTÉM OS PÉS SECOS, ABSORVENDO A UMIDADE GERADA PELO SUOR. A BOTA É CONFECCIONADA EM NOBUCK, UM MATERIAL RESISTENTE E DE ALTA QUALIDADE, QUE PROPORCIONA UM ACABAMENTO AVELUDADO E SUAVE AO TOQUE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTINAS. COR: PRETA. TAMANHOS: DO 33 AO 46 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE). MARCA DE REFERENCIA: FORTLINE, BRACOL OU MARLUVAS.				
13	484843	BOTINA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA NA COR PRETA, SEM COMPONENTES METÁLICOS, QUE FORNEÇA PROTEÇÃO MECÂNICA, APRESENTAR FORRAÇÃO EM TECIDO TRANSPIRÁVEL, FECHAMENTO EM ELÁSTICO NAS LATERAIS, DORSO ACOLCHOADO, ABAS QUE AUXILIAM O CALCE, SOLADO BICOMPONENTE DE POLIURETANO E BORRACHA RESISTENTE A 300°C POR 1 MINUTO, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, PALMILHA DE MONTAGEM TÊXTIL, IDEAL PARA OS PROFISSIONAIS QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO, QUE COBRE 100% DA PLANTA DOS PÉS, E BIQUEIRA DE COMPÓSITA LEVE, ANTIMAGNÉTICA, ANTICORROSIVA E ULTRA RESISTENTE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTINAS. OBRIGATÓRIO POSSUIR NÚMERO DE C.A. TAMANHOS: DO 33 AO 46 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE). MARCAS DE REFERENCIA: IMBISEG, CARTOM OU MARLUVAS.	PAR	942	R\$ 70,60	R\$ 66.505,20
14	484958	CABO PARA OXÍMETRO PORTÁTIL; TAMANHO ADULTO; CABO PARA EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR.	un	19	R\$ 544,56	R\$ 10.346,64
15	484959	CABO PEDIÁTRICO PARA OXÍMETRO PORTÁTIL; CABO PARA EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR.	un	14	R\$ 544,56	R\$ 7.623,84
16	481077	CALÇADO DE SEGURANÇA - SAPATILHA ANTIDERRAPANTE SOLADO EPI - PAR, TODOS OS NÚMEROS	PAR	104	R\$ 45,90	R\$ 4.773,60
17	475287	CARRO FUNCIONAL COM BOLSA VINIL CONJUNTO BALDE EXPREMEDOR 15 LITROS VERTICAL E CONJUNTO EXPREMEDOR 33 LITROS 1 BALDE.	un	57	R\$ 1.357,50	R\$ 77.377,50

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



18	484510	CINTA PÉLVICA, SEGURANÇA PARA FRATURAS PÉLVICAS ASSOCIADAS AO RISCO DE GRAVES HEMORRAGIAS, SENDO USADAS AO REDOR DOS TROCANTERS FEMORAIS (QUADRIL), AS MESMAS POSSUEM OS SEGUINTE TAMANHOS: TAMANHO P: 69 A 119 CM DE CIRCUNFERÊNCIA DE QUADRIL.	un	3	R\$ 1.119,27	R\$ 3.357,81
19	484520	CINTA PÉLVICA, SEGURANÇA PARA FRATURAS PÉLVICAS ASSOCIADAS AO RISCO DE GRAVES HEMORRAGIAS, SENDO USADAS AO REDOR DOS TROCANTERS FEMORAIS (QUADRIL), AS MESMAS POSSUEM OS SEGUINTE TAMANHOS: TAMANHO G: 91 A 152 CM DE QUADRIL	un	3	R\$ 1.120,50	R\$ 3.361,50
20	484519	CINTA PÉLVICA, SEGURANÇA PARA FRATURAS PÉLVICAS ASSOCIADAS AO RISCO DE GRAVES HEMORRAGIAS, SENDO USADAS AO REDOR DOS TROCANTERS FEMORAIS (QUADRIL), AS MESMAS POSSUEM OS SEGUINTE TAMANHOS: TAMANHO NORMAL: 91 A 127 CM DE CIRCUNFERÊNCIA DE QUADRIL.	un	3	R\$ 1.120,50	R\$ 3.361,50
21	484921	CINTO FIXADOR PARA PRANCHA DE RESGATE - APH - CONJUNTO COM 3 PEÇAS, CONFECCIONADO EM NYLON 50MM, COM FECHO INJETADO DE RAPIDA ABERTURA, 1,75 X 5CM	un	45	R\$ 22,38	R\$ 1.007,10
22	481094	COBERTOR MANTA TERMICA ALUMINIZADA	un	71	R\$ 5,30	R\$ 376,30
23	484765	COLAR CERVICAL - CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM REVESTIDO EM EVA BRANCO, VELCRO COSTURADO EM AMBOS OS LADOS NAS CORES SEGUINDO PADRÃO DE CADA TAMANHO, MONTADO ATRAVÉS DE BOTÃO COM TRAVAMENTO NA COR BRANCA, SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANÁLISE DO PULSO CAROTÍDEO E ABERTURA PARA PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA, TAMANHO G	un	65	R\$ 16,85	R\$ 1.095,25
24	484764	COLAR CERVICAL - CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM REVESTIDO EM EVA BRANCO, VELCRO COSTURADO EM AMBOS OS LADOS NAS CORES SEGUINDO PADRÃO DE CADA TAMANHO, MONTADO ATRAVÉS DE BOTÃO COM TRAVAMENTO NA COR BRANCA, SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANÁLISE DO PULSO CAROTÍDEO E ABERTURA PARA PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA, TAMANHO M	un	65	R\$ 16,85	R\$ 1.095,25
25	484763	COLAR CERVICAL - CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM REVESTIDO EM EVA BRANCO, VELCRO COSTURADO EM AMBOS OS LADOS NAS CORES SEGUINDO PADRÃO DE CADA TAMANHO, MONTADO ATRAVÉS DE BOTÃO COM TRAVAMENTO NA COR BRANCA, SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANÁLISE DO PULSO CAROTÍDEO E ABERTURA PARA PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA, TAMANHO P	un	65	R\$ 16,85	R\$ 1.095,25

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prejuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



26	484514	COLAR CERVICAL BABY DE RESGATE. O COLAR CERVICAL BABY FOI FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM 2 MM DE ESPESSURA E REVESTIDO POR UMA ESPUMA EMBORRACHADA MACIA. ALTURA 19 CM, LARGURA 44 CM, PROFUNDIDADE 2 CM, PESO 0,100 KG.	un	45	R\$ 16,85	R\$ 758,25
27	484882	COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL. DEVERÃO SER FABRICADAS EM 100% ALGODÃO, SER ESTÉRIL, LIVRE DE QUALQUER AGENTE CONTAMINANTE, SER MACIA E ALTAMENTE ABSORVENTE. POSSUIR 08 CAMADAS COM 05 DOBRAS, SUAS DOBRAS SÃO PARA A PARTE INTERIOR, EVITANDO FIOS SOLTOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TECIDO HIDRÓFILO (100% ALGODÃO); ALVEJADO (ISENTO DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO); TECIDO NEUTRO, MACIO, INODORO, INSÍPIDO E ALTAMENTE ABSORVENTE; ESTERILIZADA COM ÓXIDO DE ETILENO; 13 FIOS/CM ² ; 08 CAMADAS; 05 DOBRAS; TAMANHO DE 7,5CM X 7,5CM. VALIDADE: 03 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA. PACOTE INDIVIDUAL DE COMPRESSAS DE GAZE ESTÉREIS, EMBALADAS EM PACOTES CONTENDO 05 UNIDADES CADA.	PACOTE	1500	R\$ 1,03	R\$ 1.545,00
28	484883	CURATIVO ADESIVO - CURATIVO ADESIVO QUE POSSA SER UTILIZADO EM QUALQUER CORTE, ARRANHÃO OU MACHUCADO, OFERECENDO MENOR RISCO DE INFECCIONAR, POIS FICA PROTEGIDO CONTRA SUJEIRA, MICRORGANISMOS E ATRITO. A TIRA DO CURATIVO DEVERÁ SER COM MICROFUROS PERMITINDO QUE O FERIMENTO RESPIRE MESMO ESTANDO COBERTO. DIMENSÕES DO CURATIVO ADESIVO: 11 X 5 X 1 CM (C X L X A). MARCAS DE REFERÊNCIA: BAND-AID, CREMER OU NEXCARE. EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.	CX40UND	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
29	486782	ESPAÇADOR AEROSOL PARA MEDICAMENTO ADULTO/INFANTIL. APRESENTAÇÃO COM DUAS MÁSCARAS: 01 MÁSCARA INFANTIL; 01 MÁSCARA ADULTO. ENCAIXE UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE DISPENSADORES DE AEROSSOL; TUBO TOTALMENTE TRANSPARENTE PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO SPRAY; TRATAMENTO ANTIESTÁTICO, PERMITINDO A INALAÇÃO DA DOSE TOTAL ADMINISTRADA; MÁSCARAS MACIAS EM PVC, COM VEDAÇÃO TOTAL DO AMBIENTE EXTERNO; VÁLVULA DUPLA E NA MÁSCARA, A MÁXIMA DO TUBO E NA DROGA; MATERIAL 100% LIVRE DE BPA.	un	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
30	484761	ESPARADRAPO - COR BRANCA, HIPOALÉRGICO, NÃO ESTÉRIL, MICROPOROSO, USADO PAR A FIXAÇÃO DE CURATIVOS E PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALARES, TAMANHO: 10CM X 4,5MT	un	5	R\$ 9,80	R\$ 49,00

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



31	484760	ESPARADRAPO - COR BRANCA, HIPOALÉRGICO, NÃO ESTÉRIL, MICROPOROSO, USADO PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS E PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES, TAMANHO: 5CM X 10MT	un	5	R\$ 9,98	R\$ 49,90
32	484881	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL. DEVERÁ SER DESENVOLVIDO COM TECIDO 100% ALGODÃO, ALÉM DE RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE E BORDAS SERRILHADAS, QUE FACILITAM O CORTE ORIENTADO SEM DESFIAMENTO E SEM PRECISAR DE QUALQUER APARELHO DE CORTE. DEVERÁ CONTER TAMBÉM EM SUA FORMULAÇÃO MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDOS DE ZINCO E RESINA. PROPORCIONAR BOA FIXAÇÃO, FLEXIBILIDADE, RESISTÊNCIA E IMPERMEABILIDADE. SER INDICADO PARA DIVERSOS USOS, COMO EM FERIMENTOS, PRIMEIROS SOCORROS, FIXAÇÃO DE CURATIVOS, BANDAGENS ETC. VIR EM EMBALAGENS PROTEGIDAS POR CAPAS, PARA MANTER A INTEGRIDADE DO PRODUTO, E ENROLADO EM CARRETÉIS DE PLÁSTICO, COM ABAS. TAMANHO 2,5CM X 90CM.	un	10	R\$ 5,62	R\$ 56,20
33	484889	ESTETOSCÓPIO. DEVERÁ TER: UMA CAIXA DE DOIS LADOS, DIAFRAGMAS DUPLOS, SINOS CONVERSÍVEIS, TUBULAÇÃO MELHORADA. DIAFRAGMAS AJUSTÁVEIS NOS LADOS ADULTO E PEDIÁTRICO DO PEITO. O LADO PEDIÁTRICO É ÚTIL PARA PACIENTES PEQUENOS, EM TORNO DE CURATIVOS E PARA AVALIAÇÃO CAROTÍDEA. O SINO ABERTO FICA LIMPO DE SUJEIRA E DETRITOS COBRINDO-O COM O PEQUENO DIAFRAGMA. O LADO PEDIÁTRICO SE CONVERTE EM UM SINO ABERTO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 68,58 X 2,54 X 2,54 CM. PESO: 100 G. MARCAS DE REFERÊNCIA: LITTMANN, BIC OU SPIRIT.	un	3	R\$ 138,57	R\$ 415,71
34	487118	FLUXÔMETRO PARA AR COMPRIMIDO 0-15 LPM FÊMEA. CARACTERÍSTICAS: ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN. / 0 A 30 L/MIN; ESFERA (FLUTUADOR): AÇO INOXIDÁVEL; CORPO E NIPLE DE SAÍDA: LATÃO CROMADO; PRESSÃO DE CALIBRAÇÃO: 3,5 KGF/CM ² ; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA: CONFORME A NORMA ABNT NBR 11906; BORBOLETA: POLIPROPILENO (PP) COM ROSCA INTERNA EM METAL; BICO: ALUMÍNIO OU LATÃO; ANEL DE VEDAÇÃO: BORRACHA NITRÍLICA; BILHAS: POLICARBONATO. MARCA SUGERIDA: PROTEC.	UNIDADE	30	R\$ 96,19	R\$ 2.885,70
35	487119	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO 0-15 LPM FÊMEA. CARACTERÍSTICAS: CORPO E NIPLE DE SAÍDA EM LATÃO CROMADO; ESFERA EM AÇO INOXIDÁVEL; BILHAS EM POLICARBONATO; ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN; BORBOLETA EM POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA	UNIDADE	30	R\$ 82,95	R\$ 2.488,50



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		EM METAL. MARCA SUGERIDA: PROTEC.				
36	487121	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO 0-15 LPM MACHO. CARACTERÍSTICAS: POSSUEM CORPO E NIPLE CONFECCIONADOS EM LATÃO CROMADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BILHA EM POLICARBONATO E ESFERA EM AÇO INOXIDÁVEL; GÁS: OXIGÊNIO; ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN; ESFERA (FLUTUADOR): AÇO INOXIDÁVEL; CORPO E NIPLE DE SAÍDA: LATÃO CROMADO; PRESSÃO DE CALIBRAÇÃO: 3,5 KGF/CM²; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA: CONFORME A NORMA ABNT NBR 11906; BORBOLETA: POLIPROPILENO (PP) COM ROSCA INTERNA EM METAL; BICO: ALUMÍNIO OU LATÃO; ANEL DE VEDAÇÃO: BORRACHA NITRÍLICA; BILHAS: POLICARBONATO. MARCA EXIGIDA: PROTEC.	UNIDADE	15	R\$ 79,90	R\$ 1.198,50
37	486776	IMOBILIZADOR DE CABEÇA IMPERMEÁVEL INFANTIL TIPO HEAD BLOCK, ANATÔMICO COM REGULAGEM, CONFECCIONADO EM POLIURETANO INJETADO, LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL.	un	8	R\$ 99,90	R\$ 799,20
38	484749	JOGO DE COLAR CERVICAL RESGATE – P / M / G E GG	un	16	R\$ 67,40	R\$ 1.078,40
39	486770	KIT LARINGOSCÓPIO COM CABO + 5 LÂMINAS CURVAS: 1 CABO PARA LARINGOSCÓPIO STANDARD MÉDIO; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 1 (INFANTIL) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 2 (CRIANÇA) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 3 (ADULTO MÉDIO) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 4 (ADULTO GRANDE) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 5 (ADULTO GRANDE) COM LÂMPADA; 1 LÂMPADA SOBRESSALENTE 2,7V PARA LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL ROSCA GRANDE. CABO MÉDIO CONVENCIONAL: CABO EM METAL À PROVA DE FERRUGEM, LEVES E RESISTENTES; CABO COM SUPERFÍCIE RECARTILHADA, MELHOR ADERÊNCIA E SEGURANÇA; ABERTURA NA BASE DO CABO; ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS MÉDIAS TIPO C (PILHAS NÃO ACOMPANHAM O PRODUTO); ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL; GARANTIA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; REG. ANVISA 80070210014. LÂMINA CONVENCIONAL CURVA MACINTOSH: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL À PROVA DE FERRUGEM; ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO E REFLEXÃO; AS ARESTAS ARREDONDADAS DA LÂMINA DE MACINTOSH REDUZEM O RISCO DE LESÃO; ACOMPANHA LÂMPADA; ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL; ILUMINAÇÃO LÂMPADA VACUM 2,7V;	CONJUNTO	2	R\$ 689,99	R\$ 1.379,98

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		GARANTIA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
40	486773	KIT LARINGOSCÓPIO RETA 6 LAMINAS RETA (00,0,1,2,3,4): ALIMENTAÇÃO: PILHAS ALCALINAS OU BATERIAS RECARREGÁVEIS; ILUMINAÇÃO: LÂMPADA HALÓGENA 2,5V LÂMINA STANDARD; MATERIAL: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AUSTENÍTICOS À PROVA DE FERRUGEM ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO; ACOMPANHA: LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 0 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 1 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 2 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 3 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 4 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 5 (RETA).	CONJUNTO	2	R\$ 880,00	R\$ 1.760,00
41	484937	LÂMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 1 - MARCA SUGERIDA MD	un	6	R\$ 29,94	R\$ 179,64
42	484938	LÂMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 2 - MARCA SUGERIDA MD	un	6	R\$ 29,94	R\$ 179,64
43	484939	LÂMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 3 - MARCA SUGERIDA MD	un	6	R\$ 29,94	R\$ 179,64
44	484940	LÂMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 4 - MARCA SUGERIDA MD	un	6	R\$ 29,94	R\$ 179,64
45	484941	LÂMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 5 - MARCA SUGERIDA MD	un	6	R\$ 31,27	R\$ 187,62
46	484880	LANCETA (LANCETA DE FRANKE OU AGULHA DE FRANKE). ESPESSURA ULTRAFINA COM PONTA TRIANGULAR PARA PUNÇÃO INDOLOR E PENETRAÇÃO CONSISTENTE. ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA E DEVERÃO POSSUI FORMATO UNIVERSAL PARA A MAIORIA DOS LANCETADORES EXISTENTES. ESPESSURA DE 28 OU 30G. USO ÚNICO. EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES.	CX 100 UN	25	R\$ 6,00	R\$ 150,00
47	481090	LANTERNA CLINICA PUPILAR - LANTERNA DE LED PROFISSIONAL PORTATIL PARA DIAGNOSTICO CLINICO DE VERIFICACAO DE PUPILA.	un	30	R\$ 22,90	R\$ 687,00
48	486888	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO G CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVIVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADES. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	CX 100 UN	20	R\$ 34,00	R\$ 680,00
49	486887	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO M CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADES. (MARCAS DE	CX 100 UN	50	R\$ 34,00	R\$ 1.700,00

32



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).				
50	486814	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO P CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PO BIO-ABSORVIVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADE. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	CX 100 UN	50	R\$ 34,00	R\$ 1.700,00
51	484766	LUVA NEOPRENE - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E REVESTIMENTO NA FACE PALMAR, PONTA DOS DEDOS E DORSO EM NEOPRENE, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS, REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO. REUTILIZÁVEL. DEVERÁ TER: ÓTIMA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, MELHOR CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA QUÍMICA, PROTEÇÃO MECÂNICA E TÉRMICA; PROTEÇÃO TÉRMICA COM RESISTÊNCIA AO CALOR DE CONTATO DE ATÉ 250°C COM INTERMITÊNCIA DE 15 SEGUNDOS; CONFORTO E ABSORÇÃO DO SUOR, PROPORCIONADO FORRO EM ALGODÃO; ANTIDERRAPANTE, COM FORMATO COLMEIA, MELHORA A ADERÊNCIA NA MANIPULAÇÃO DE OBJETOS MOLHADOS, COM BOA ADERÊNCIA TAMBÉM EM SUPERFÍCIE SECA E COM ALTO PADRÃO DE RESISTÊNCIA A ABRASÃO; FORMATO ANATÔMICO, REDUZINDO A FADIGA MUSCULAR; PUNHO RETO, PERMITINDO MAIOR VENTILAÇÃO, ALÉM DISSO, EVITA QUE MATERIAIS FIQUEM IMPREGNADOS NO PUNHO DA LUVA; INDICADA PARA: TRABALHOS GERAIS, MÉDIOS E SEVEROS, PROTEGE O TRABALHADOR CONTRA AGENTES QUÍMICOS. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS). COMPOSIÇÃO DO PRODUTO: LÁTEX NATURAL, NEOPRENE E ALGODÃO. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE LUVAS. COR: AZUL COM PUNHO AMARELO. TAMANHOS: DO P AO GG (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	1901	R\$ 8,69	R\$ 16.519,69
52	487035	LUVA NITRÍLICA LONGA 46CM - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, SEM REVESTIMENTO INTERNO (ACABAMENTO CLORINADO) 100% TEXTURIZADA, COM COMPRIMENTO DE 46CM - TAMANHO: P, M, G, XG, - PAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES, QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE	PAR	512	R\$ 27,90	R\$ 14.284,80

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS). (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).				
53	486813	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRURGICOS (SEM PÓ) TAMANHO G - CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX 100 UN	20	R\$ 37,99	R\$ 759,80
54	485552	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRURGICOS (SEM PÓ) TAMANHO M (CX C/ 100 UND).	CX 100 UN	50	R\$ 37,99	R\$ 1.899,50
55	486812	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRURGICOS (SEM PÓ) TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX 100 UN	50	R\$ 36,90	R\$ 1.845,00
56	487036	LUVA PVC 26 CM PALMA ASPERA FORRADA - PAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	815	R\$ 15,77	R\$ 12.852,55
57	487037	LUVA RASPA SOLDADOR FORRADA ALTA TEMPERATURA REFORÇADA (PAR). COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS), (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	120	R\$ 16,00	R\$ 1.920,00
58	487038	LUVAS DE RASPA COM 7 CM DE PUNHO. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	170	R\$ 10,50	R\$ 1.785,00
59	484926	LUVAS PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS. LUVA DE MALHA TRICOTA EM FIOS DE POLIPROPILENO/ALGODÃO, COM PIGMENTOS NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS. LUVAS DESENVOLVIDAS PARA PROPORCIONAR RESULTADOS EXCELENTES EM APLICAÇÕES SECAS QUE EXIGEM UMA PROTEÇÃO PARA OS RISCOS MECÂNICOS, PRODUZIDA EM UMA SÓ PEÇA SEM COSTURAS. NORMAS: RESISTÊNCIA MECÂNICA: EN 388, ABRASÃO, CORTE, RASGO E PERFURAÇÃO. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. MARCAS DE REFERENCIA: GAMILUVA, SAFETY, OU KALIPSO.	PAR	524	R\$ 3,30	R\$ 1.729,20

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



60	487039	MACACAO IMPERMEAVEL DE PROTECAO QUIMICA PARA USO DE TRABALHO, CARACTERISTICO DE MARCAÇÃO TIPO 4 5 E 6. FABRICADO EM POLIPROPILENO OU FILME LAMINADO DE POLIETILENO. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	un	15	R\$ 36,25	R\$ 543,75
61	487040	MACACÃO IMPERMEÁVEL DE PVC. CONFECCIONADO EM PVC DUPLA FACE COM TRAMAS EM NYLON (TREVIRA KP 500), POSSUI CAPUZ ACOPLADO, FECHAMENTO FRONTAL PRIMÁRIO POR ZÍPER E FECHAMENTO SECUNDÁRIO EM PALA COM QUATRO BOTÕES DE PRESSÃO PLÁSTICOS, ESPESSURA DE 0,40 A 0,42 MM, POSSUI UMA BOLSA INTERNA DO TIPO CANGURU, LUVAS E BOTAS DE PVC, ACOPLADAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, TESTADO E APROVADO PELAS NORMAS BS 3546:1977 NO LABORATÓRIO DO IPT. PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	un	108	R\$ 265,00	R\$ 28.620,00
62	484890	MALETA CAIXA PRIMEIROS SOCORROS C/2 BANDEJAS. MALETA MALA CAIXA PARA KIT PRIMEIROS SOCORROS. A MALETA DISPÕE DE DUAS BANDEJAS COM DIVISÓRIAS, E SISTEMA DE ABERTURA RETRÁTIL. IDEAL PARA O ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS E OBJETOS PARA PRIMEIROS SOCORROS. COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. DEVERÁ POSSUIR DUAS BANDEJAS COM DIVISÓRIAS, CONTA COM UMA TRAVA DE SEGURANÇA E UMA ALÇA PARA TRANSPORTE. MALETA PRÁTICA E RESISTENTE. MEDIDA DO PRODUTO: 33CM COMPRIMENTO, 20CM LARGURA, 16CM ALTURA.	un	2	R\$ 83,00	R\$ 166,00
63	484918	MANGUEIRA EXTENSAO - NYLON TRANÇADO PARA OXIGENIO, 1 METRO.	un	8	R\$ 133,00	R\$ 1.064,00
64	486779	MANGUEIRA EXTENSÃO EM NYLON TRANÇADO PARA AR COMPRIMIDO - 3 METROS.	un	8	R\$ 160,00	R\$ 1.280,00
65	486767	MANGUEIRA EXTENSÃO TRAMA NYLON TRANÇADO PARA OXIGÊNIO (O2) - 3 METROS. PADRÃO ABNT NBR 11906.	un	13	R\$ 182,25	R\$ 2.369,25

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



66	472638	MASCARA CIRURGICA CAMADA TRIPLA, COM ELASTICO, NAO ESTERIL, ATOXICA, DESCARTAVEL, COR BRANCA - CAIXA COM 50 UNIDADES	CX 50 UN	181	R\$ 10,52	R\$ 1.904,12
67	4779	MASCARA DE PROTEÇÃO N95 PFF2 (BICO DE PATO) COM TIRAS AJUSTÁVEIS PARA TODOS OS TAMANHOS DE CABEÇA	un	57	R\$ 2,32	R\$ 132,24
68	7822	MASCARA DE SOLDA AUTOMATICA COM 3 REGULAGENS - PROFISSIONAL	un	20	R\$ 175,00	R\$ 3.500,00
69	41576	MASCARA RESPIRATORIA - PROTECAO DAS VIAS RESPIRATORIAS CONTRA POEIRAS, NEVOAS E FUMOS PFF2 COM FILTRO - UNIDADE	un	178	R\$ 2,05	R\$ 364,90
70	484522	OCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL CONTRA RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS.	un	104	R\$ 15,00	R\$ 1.560,00
71	487033	OCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE SOBREPOR: CONFECCIONADA EM PEÇA ÚNICA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM 6 FENDAS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO DE ACORDO COM A NORMA ANSI 187.1. PODENDO SER USADO PARA SOBREPOR ÓCULOS DE GRAU. INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PELÍCULAS VOLANTES. UTILIZADO EM MONTADORA, FUNILARIA, AUTO MECÂNICO, FUNDIÇÃO, SERRALHEIRAS, MARCENARIA, LIMPEZA, LOGÍSTICA, TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO CIVIL, AGRICULTURA, PETROQUÍMICA, AEROPORTOS, SERVIÇOS DE ELETRICIDADE, ENTRE OUTROS. ESTE ÓCULOS NÃO É INDICADO PARA EXPOSIÇÃO AOS RAIOS UVA E UVB, INCLUSIVE OS GERADOS EM TRABALHO DE SOLDA. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	UNIDADE	100	R\$ 14,90	R\$ 1.490,00
72	484978	ÓCULOS DE PROTEÇÃO. ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTES TRANSPARENTES QUE CONTEM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO E HASTE TIPO ESPÁTULA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TESTADO E APROVADO DENTRO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E DA NORMA ANSI.Z.87.1/2003; LENTES CONFECCIONADAS EM POLICARBONATO; HASTES COM AJUSTE DE COMPRIMENTO; LENTES COM TRATAMENTO ANTI-RISCO; ARMAÇÃO COM REFORÇO NA BORDA SUPERIOR DO MESMO MATERIAL DALENTE; SUPORTE NASAL CONFECCIONADO NO MESMO MATERIAL DALENTE: ARREDONDADO, ADAPTÁVEL E CONFORTÁVEL. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO	un	208	R\$ 5,74	R\$ 1.193,92

36



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		PELO SETOR DE COMPRAS. COR: PRETA OU CINZA.				
73	485031	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES. CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO LATERAL E MEIA PROTEÇÃO NA BORDA SUPERIOR INJETADA NA MESMA PEÇA. HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO VISOR E ARTICULADAS NAS EXTREMIDADES DO VISOR POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO. VISOR E HASTES NAS CORES INCOLOR. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.	un	232	R\$ 7,50	R\$ 1.740,00
74	484887	OXÍMETRO DE ALTA PRECISÃO, PODE SER UTILIZADO TANTO POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE COMO POR PACIENTES NO AMBIENTE DOMÉSTICO PARA MONITORIZAÇÃO DA PORCENTAGEM DE SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NO SANGUE (SPO2) E DOS BATIMENTOS CARDÍACOS POR MINUTO. ALTAMENTE PRECISO NAS LEITURAS E DEVERÁ POSSUIR O MELHOR TEMPO DE RESPOSTA. DEVERÁ TER: VISOR EM TECNOLOGIA OLED, MELHOR VISUALIZAÇÃO EM QUALQUER CONDIÇÃO DE LUMINOSIDADE; INFORMAR SATURAÇÃO (SPO2) E FREQUÊNCIA CARDÍACA; CURVA PLESTIMOGRÁFICA; CAPA PROTETORA EM SILICONE E ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO. ESSE PRODUTO REQUER PILHAS/BATERIAS DO TIPO OXÍMETRO DE PULSO, QUE JÁ ESTÃO INCLUSAS. ADEQUADO PARA PESSOAS COM: INSUFICIÊNCIA CARDÍACA, DOENÇAS PULMONARES OBSTRUTIVAS CRÔNICAS, ASMA BRÔNQUICA; TAMBÉM ADEQUADO PARA ESPORTES EM GRANDES ALTITUDES. VISOR COLORIDO COM 4 VISUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS; BRILHO AJUSTÁVEL DA TELA; VISOR GRÁFICO DE PULSO; PEQUENO E LEVE PARA USO EM CASA E/OU EM MOVIMENTO; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; INDICADOR DE BATERIA FRACA. TER NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA. MARCAS DE REFERENCIA: G-TECH, OU INCOTERM, OU BEURER.	un	8	R\$ 117,95	R\$ 943,60
75	487122	OXÍMETRO DE PULSO SENSE 10 - PORTATIL COM SENSOR, PARA PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS. APRESENTAR FOLDER. MARCA EXIGIDA: ALFAMED	UNIDADE	27	R\$ 1.687,95	R\$ 45.574,65
76	484976	OXÍMETRO DE PULSO SPO2 - PORTATIL, NAO INVASIVO, PARA MEDIR SATURACAO DE OXIGENIO, TEMPO DE RESPOSTA RAPIDO E CONFIÁVEL, ALARMES AUDIO VISUAIS, AJUSTÁVEIS, ACOMPANHA SENSOR PARA PACIENTES ADULTOS, COMPATIVEL COM SENSOR INFANTIL, PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS, ALIMENTACAO: PILHAS	un	13	R\$ 795,63	R\$ 10.343,19

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		ALCALINAS "AA", ACOMPANHA BATERIA RECARREGAVEL E CARREGADOR, CAPA PROTETORA, MANUAL DE OPERACAO EM PORTUGUES.				
77	463723	PERNEIRA DE COURO SINTÉTICO PARA ROCADOR COM VELCRO	PAR	6	R\$ 32,00	R\$ 192,00
78	486965	PERNEIRA DE SEGURANCA BIDIM COM 3 TALAS.	PAR	78	R\$ 31,98	R\$ 2.494,44
79	484742	PRANCHA DE POLIETILENO, COR: AMARELA OU VERMELHA - MEDIDAS: 1,85 X 46,5	un	6	R\$ 470,10	R\$ 2.820,60
80	486763	PRANCHA EM POLIETILENO INFANTIL COM KIT CINTO: POLIETILENO; IMPERMEÁVEL; RESISTENTE; CAPAZ DE SUPTAR UMA VÍTIMA DE ATÉ 150KG; UTILIZADA EM AMBULÂNCIAS E RESGATES; ALTURA: 7CM; LARGURA: 45CM; COMPRIMENTO: 120CM; PESO: 6,5KG. BASE FIXADA NA PRANCHA: 40X26CM; LATERAIS FIXADAS NA BASE: 23,5X14X6CM; ORIFÍCIO AURICULAR PARA VERIFICAÇÃO DE SANGRAMENTO DE 80MM. REGISTRO ANVISA.	un	6	R\$ 424,40	R\$ 2.546,40
81	484509	PRANCHA LONGA PARA RESGATE EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM JOGO DE CINTOS PARA O TRANPORTE MANUAL DE VITIMAS DE ACIDENTES COM CAPACIDADE DE PESO DE ATÉ 180 KG. COMPRIMENTO ABERTA 1830 MM; LARGURA ABERTA 440 MM, ALTURA MÁXIMA 65 MM; PESO LIQUIDO 8,5 KG; CAPACIDADE 180 KG. MARCA MARIMAR	un	10	R\$ 538,50	R\$ 5.385,00
82	486989	PROTETOR SOLAR - DEVERÁ POSSUIR FÓRMULA ULTRALEVE COMO HIDRATANTE E ALTA PROTEÇÃO INVISÍVEL NA PELE, MUITO RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR. SUA FÓRMULA DEVERÁ POSSUIR TECNOLOGIA QUE PROPORCIONARÁ UMA SOLUÇÃO ALTAMENTE EFICAZ CONTRA OS RAIOS UVA/UVB, FORMANDO UM ESCUDO ULTRALEVE, UNIFORME E PODEROSO. SUA FÓRMULA DEVERÁ CONTER ANTIOXIDANTE, TRAZER PROTEÇÃO IMEDIATA MANTENDO A PELE PROTEGIDA E HIDRATADA. INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE PELE, INCLUSIVE PARA PELE EXTREMAMENTE SENSÍVEL AO SOL, NO CORPO E ROSTO. A FÓRMULA DO PROTETOR DEVERÁ POSSUIR ÁGUA TERMAL, QUE ACALMA A PELE E TAMBÉM REFRESCA E SUAORIZA. FATOR DE PROTEÇÃO: 50 A 70 FPS - UVA +++.	FR120MLT	1690	R\$ 28,95	R\$ 48.925,50
83	484888	SORO FISIOLÓGICO 0,9%. SISTEMA FECHADO, 100ML. SORO FISIOLÓGICO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%. FRASCO CONTENDO 100ML CADA.	F100MLT	50	R\$ 7,40	R\$ 370,00
84	486781	TABUA DE MASSAGEM CARDÍACA EM ACRÍLICO. Dimensões: 40 CM X 50 CM X 0,5 CM.	un	6	R\$ 607,27	R\$ 3.643,62
85	481102	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO G	un	22	R\$ 17,75	R\$ 390,50

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



86	481101	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO M	un	22	R\$ 14,95	R\$ 328,90
87	481100	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO P	un	22	R\$ 11,95	R\$ 262,90
88	481099	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO PP	un	22	R\$ 10,46	R\$ 230,12
89	484877	TERMÔMETRO CLÍNICO SEM MERCÚRIO. TERMÔMETRO CLÍNICO PARA DETERMINAÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL - MEDIÇÃO ORAL OU AXILAR. TERMÔMETRO ANALÓGICO DE MÁXIMA COM ENCHIMENTO GALINSTAN. TERMÔMETRO CLÍNICO ECOLÓGICO, SEM MERCÚRIO, CONTÉM UM LÍQUIDO METÁLICO PATENTEADO, COMPOSTO DE GÁLIO, ÍNDIO E ESTANHO, DENOMINADO GALINSTAN. O GALINSTAN É ABSOLUTAMENTE ATÓXICO E NÃO PREJUDICA O MEIO AMBIENTE. INFORMAÇÕES: FAIXA DE MEDIÇÃO DE +35,5C A 42C; RESOLUÇÃO DE 0,1C; EXATIDÃO: +0,1C /-0,15C; TEMPERATURA OPERAÇÃO: - 15C A 42C. DIMENSÕES DO PRODUTO: COMPRIMENTO TOTAL: 125 MM (±7); DIÂMETRO DA HASTE: 4,5 MM (±0,8); DIÂMETRO DO TUBO: 12,1 MM (±0,4) 9,3 MM (±0,3). PESO: ? 90G.	un	4	R\$ 48,25	R\$ 193,00
90	481098	TESOURA DE BANDAGEM, INOX, BORDA SERRILHADA, 19 X 10CM - TESOURA DE BANDAGEM, TIPO PONTA ROMBA, POSSUIR CAPACIDADE PARA CORTAR TODOS OS TIPOS DE TECIDO, COURO, BOTAS E ROUPAS, COM LAMINAS AFIADAS, TEMPERADAS E RIGIDAS DE AÇO INOXIDAVEL COM BORDA SERRILHADA, MEDINDO COMPRIMENTO TOTAL 19CM, LARGURA TOTAL 10CM, ESPESSURA 1CM, PESO 57G, CABO E LAMINAS NA COR PRETA, CABO COM ANEL DE POLIPROPILENO PARA PROPORCIONAR O MAXIMO CONTROLE E CONFORTO NO ENCAIXE DOS DEDOS, O MATERIAL DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE E EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	un	4	R\$ 37,90	R\$ 151,60
91	484879	TIRAS TESTE PARA VERIFICAR GLICEMIA. FORMATO UNIVERSAL. O INTERVALO DE MEDIÇÃO DEVERÁ SER ENTRE 20 E 600 MG/DL; SER INDICADAS PARA USO PESSOAL (AUTOTESTE) E PROFISSIONAL; UTILIZADAS PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE EM SANGUE TOTAL FRESCO E EM PACIENTES NEONATOS; VALIDADE DAS TIRAS APÓS ABERTURA DE CADA FRASCO: 06 MESES. ARMAZENAMENTO EM FRASCO: FACILITA O TRANSPORTE E O USO DOMÉSTICO. REGISTRO ANVISA/MS. FRASCO CONTENDO 50 UNIDADES.	CX 50 UN	35	R\$ 50,00	R\$ 1.750,00

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



92	481089	TORNIQUETE TÁTICO PARA APH TÁTICO, EM NYLON AJUSTÁVEL PARA CONTROLE DE HEMORRAGIAS NAS EXTREMIDADES INFERIORES E SUPERIORES; COM SISTEMA DE FECHAMENTO, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO DUPLA PARA SUA ESTABILIZAÇÃO MANTENDO SUA INTEGRIDADE E DIMINUINDO O PINCAMENTO DA PELE.	un	10	R\$ 123,44	R\$ 1.234,40
93	486768	VALVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXÔMETRO: VÁLVULA PARA REGULAGEM DE SAÍDA DE GASES ARMAZENADOS EM CILINDROS. POSSUI FLUXOMETRO EMBUTIDO PARA CONTROLE DE FLUXO, PERMITINDO ACOPLAGEM DE NEBULIZADORES, UMIDIFICADORES E OUTROS APARELHOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE GASES AOS PACIENTES. FEITA EM LATÃO CROMADO COM COMPONENTES INJETADOS EM NYLON. POSSUI MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 300 KGF/CM ² , ENTRADA COM FILTRO DE BRONZE SINTERIZADO, VÁLVULA DE SEGURANÇA E FLUXÔMETRO COM ESCALA DE 0 A 15 IPM. PRESSÃO DE SAÍDA FIXA DE 3,5 KGF/CM ² .	un	35	R\$ 335,87	R\$ 11.755,45
Total:						R\$ 501.006,59

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura da(o) Ata de Registro de Preço/Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os bens objeto desta licitação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações de 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.1. O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.1.2. Entregar os produtos devidamente embalados e conforme as especificações exigidas, no prazo e local informados, acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

4.1.3. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência do produto fornecido, que deverá ser de primeira qualidade.

4.1.4. Fornecer materiais/produtos originais, novos, de primeira linha e normatizados

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da(o) ata/contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

4.1.6. Aos produtos que requerem personalização, cabe a CONTRATADA fornecer estes conforme as cores, escritas, arte/bordado e tamanhos definidos pela secretaria, ressalta-se que as especificações supramencionadas serão informadas pela secretaria solicitante.

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da(o) ata/contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.1.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

4.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto da(o) ata/contrato.

4.1.10. Manter durante toda a vigência da(o) ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a sua qualificação.

4.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da(o) ata/contrato.

4.1.12. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução desta(e) ata/contrato.

4.1.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da(o) ata/contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.1.16. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos, bem como custo total do frete, transporte e descarregamento.

4.1.17. Comunicar imediatamente no prazo mínimo de 24 horas, formalmente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondências.

4.1.18. Todo EPI (Equipamento de Proteção Individual) fornecido, deverá apresentar, obrigatoriamente, o CA (Certificado de Aprovação) válido na data de recebimento deste, em conformidade com NR 6 da Portaria Ministério do Trabalho e Previdência nº 2.175, de 28 de julho de 2022, que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização e utilização EPI.

4.1.19. Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem estar, no que couber, em conformidade junto aos órgãos anuentes (ABNT, ANVISA, INMETRO, etc) e fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original.

4.1.20. Os equipamentos, materiais e/ou produtos entregues deverão estar compatíveis com a marca e modelo ofertados na proposta.

4.1.21. Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem conter as instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, além do número do lote de fabricação.

4.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.2.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

4.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.2.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO, relacionados com o objeto pactuado.

4.2.5. Comunicar, por escrito, ao CONTRATADO, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do(s) produto(s), solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

4.2.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções administrativas regulamentares e contratuais, resguardada a defesa prévia.

4.2.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de JUÍNA/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

4.2.8. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATO com terceiros, ainda que vinculados à execução da(o) ata/contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATO, em seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.3. SUSTENTABILIDADE

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1.1. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício.

4.3.1.2. Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais.

4.4. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021);

4.4.1. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas/modelos de referência:

TABELA 1			
SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA(S)/MODELO(S) DE REFERÊNCIA:
1	484885	APARELHO PARA VERIFICAR PRESSÃO ARTERIAL – DIGITAL. O APARELHO AUTOMÁTICO DE PULSO QUE REALIZA A MEDIÇÃO DA PRESSÃO SANGUÍNEA SISTÓLICA, DIASTÓLICA E FREQUÊNCIA CARDÍACA POR UM MÉTODO NÃO INVASIVO. O APARELHO UTILIZA O MÉTODO OSCIOMÉTRICO DE MEDIÇÃO. DEVERÁ TER: MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL E FREQUÊNCIA CARDÍACA; DETECÇÃO DE ARRITMIA CARDÍACA; INDICADOR GRÁFICO DE NÍVEL DE HIPERTENSÃO; MÉDIA AUTOMÁTICA DAS 3 ÚLTIMAS MEDIÇÕES; 120 MEMÓRIAS COM HORA E DATA; TOTALMENTE AUTOMÁTICO; MEDIÇÃO NO BRAÇO; DEVERÁ TER DURABILIDADE, CONFORTO, SER LEVE E RESISTENTE; BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL PARA MEDIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL; REVESTIMENTO ANTIBACTERIANO AJUDA A PREVENIR O CRESCIMENTO DE FUNGOS E BACTÉRIAS; BORDAS COM DOBRAS DIMINUEM O RISCO DE CORTES E DE ARRANHÕES; VELCRO DE ALTA QUALIDADE; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 01 APARELHO DIGITAL DE PRESSÃO DIGITAL - 01 BRAÇADEIRA DE BRAÇO DE 22 X 43 CENTÍMETROS (CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO ADULTO) – 01 BRAÇADEIRA CIRCUNFERÊNCIA DE 33 CM A 43CM (GRANDE) - 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS - 01 FONTE ADAPTADOR BIVOLT PARA USAR CONECTADO NA ENERGIA - 04 PILHAS AAA - 01 ESTOJO DE NYLON - 01 CAIXA ORIGINAL DO PRODUTO. GARANTIA DE 5 ANOS. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO. PRECISÃO CLINICAMENTE COMPROVADA DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DA AAMI (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE INSTRUMENTOS) E DA BHS (SOCIEDADE BRITÂNICA DE HIPERTENSÃO). MARCAS DE REFERENCIA: G-TECH, OMRON OU TECHLINE.	G-TECH, OMRON OU TECHLINE.
11	484925	BOTA PROFISSIONAL BRANCA, CANO MEDIO, SEM FORRO, SEM BICO. BOTA DE PVC, CALÇADO DE SEGURANÇA E IMPERMEÁVEL. CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC). FORRAÇÃO INTERNA DE MALHA EM POLIÉSTER, SEM BICO DE AÇO E SEM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL. CANO DE 30CM. SOLADO MONODENSIDADE. IMPERMEÁVEL. SOLADO ANTI-DERRAPANTE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTAS PROFISSIONAL BRANCA CANO MÉDIO, SEM FORRO, SEM BICO. MARCAS DE REFERENCIA: WURTH, TECSEG OU INVIPRO. TAMANHOS: DO 36 AO 45 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	WURTH, TECSEG OU INVIPRO
12	487034	BOTINA DE SEGURANÇA - CONFECCIONADA EM COURO NOBUCK PRETO COM FECHAMENTO COM CADARÇO; POSSUIR PALMILHA (EVA) DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO FIXADA PELO SISTEMA STROBEL; CONTAR COM PALMILHA REMOVÍVEL, FACILITANDO A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; POSSUIR SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE E	FORTLINE, BRACOL OU MARLUVAS



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO; PROTEGER OS PÉS DO TRABALHADOR CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE. CANO ACOLCHOADO; FORRO DO CANO DEVERÁ SER EM NYLON; FORRAÇÃO INTERNA EM GÁSPEA. TECNOLOGIA DRY COMFORT INDICADA PARA PROTEÇÃO DOS PÉS EM ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS, METALÚRGICAS, AGRÍCOLAS, TRANSPORTADORAS, MINERAÇÃO, ENTRE OUTROS. A BOTINA DEVERÁ TER ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR) (E) E COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) (SRA). II) SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). CARACTERÍSTICAS: O CANO ACOLCHOADO E A SOBREPALMILHA EM EVA GARANTEM UM CONFORTO INIGUALÁVEL, ENQUANTO A TECNOLOGIA DRY COMFORT MANTÉM OS PÉS SECOS, ABSORVENDO A UMIDADE GERADA PELO SUOR. A BOTA É CONFECCIONADA EM NOBUCK, UM MATERIAL RESISTENTE E DE ALTA QUALIDADE, QUE PROPORCIONA UM ACABAMENTO AVELUDADO E SUAVE AO TOQUE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTINAS. COR: PRETA. TAMANHOS: DO 33 AO 46 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE). MARCA DE REFERENCIA: FORTLINE, BRACOL OU MARLUVAS.	
13	484843	BOTINA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA NA COR PRETA, SEM COMPONENTES METÁLICOS, QUE FORNEÇA PROTEÇÃO MECÂNICA, APRESENTAR FORRAÇÃO EM TECIDO TRANSPIRÁVEL, FECHAMENTO EM ELÁSTICO NAS LATERAIS, DORSO ACOLCHOADO, ABAS QUE AUXILIAM O CALCE, SOLADO BICOMPONENTE DE POLIURETANO E BORRACHA RESISTENTE A 300°C POR 1 MINUTO, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, PALMILHA DE MONTAGEM TÊXTIL, IDEAL PARA OS PROFISSIONAIS QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO, QUE COBRE 100% DA PLANTA DOS PÉS, E BIQUEIRA DE COMPOSITA LEVE, ANTIMAGNÉTICA, ANTICORROSIVA E ULTRA RESISTENTE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTINAS. OBRIGATORIO POSSUIR NÚMERO DE C.A. TAMANHOS: DO 33 AO 46 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE). MARCAS DE REFERENCIA: IMBISEG, CARTOM OU MARLUVAS.	IMBISEG, CARTOM OU MARLUVAS
28	484883	CURATIVO ADESIVO - CURATIVO ADESIVO QUE POSSA SER UTILIZADO EM QUALQUER CORTE, ARRANHÃO OU MACHUCADO, OFERECENDO MENOR RISCO DE INFECCIONAR, POIS FICA PROTEGIDO CONTRA SUJEIRA, MICRORGANISMOS E ATRITO. A TIRA DO CURATIVO DEVERÁ SER COM MICROFURROS PERMITINDO QUE O FERIMENTO RESPIRE MESMO ESTANDO COBERTO. DIMENSÕES DO CURATIVO ADESIVO: 11 X 5 X 1 CM (C X L X A). MARCAS DE REFERÊNCIA: BAND-AID, CREMER OU NEXCARE. EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.	BAND-AID, CREMER OU NEXCARE
33	484889	ESTETOSCÓPIO. DEVERÁ TER: UMA CAIXA DE DOIS LADOS, DIAFRAGMAS DUPLOS, SINOS CONVERSÍVEIS, TUBULAÇÃO MELHORADA. DIAFRAGMAS AJUSTÁVEIS NOS LADOS ADULTO E PEDIÁTRICO DO PEITO. O LADO PEDIÁTRICO É ÚTIL PARA PACIENTES PEQUENOS, EM TORNO DE CURATIVOS E PARA AVALIAÇÃO CAROTÍDEA. O SINO ABERTO FICA LIMPO DE SUJEIRA E DETRITOS COBRINDO-O COM O PEQUENO DIAFRAGMA. O LADO PEDIÁTRICO SE CONVERTE EM UM SINO ABERTO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 68,58 X 2,54 X 2,54 CM. PESO: 100 G. MARCAS DE REFERÊNCIA: LITTMANN, BIC OU SPIRIT.	LITTMANN, BIC OU SPIRIT
34	487118	FLUXÔMETRO PARA AR COMPRIMIDO 0-15 LPM FÊMEA. CARACTERÍSTICAS: ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN. / 0 A 30 L/MIN; ESFERA (FLUTUADOR): AÇO INOXIDÁVEL; CORPO E NIPLE DE SAÍDA: LATÃO CROMADO; PRESSÃO DE	PROTEC

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		CALIBRAÇÃO: 3,5 KGF/CM²; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA: CONFORME A NORMA ABNT NBR 11906; BORBOLETA: POLIPROPILENO (PP) COM ROSCA INTERNA EM METAL; BICO: ALUMÍNIO OU LATÃO; ANEL DE VEDAÇÃO: BORRACHA NITRÍLICA; BILHAS: POLICARBONATO. MARCA SUGERIDA: PROTEC.	
35	487119	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO 0-15 LPM FÊMEA. CARACTERÍSTICAS: CORPO E NIPLE DE SAÍDA EM LATÃO CROMADO; ESFERA EM AÇO INOXIDÁVEL; BILHAS EM POLICARBONATO; ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN; BORBOLETA EM POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA EM METAL. MARCA SUGERIDA: PROTEC.	PROTEC
41	484937	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 1 - MARCA SUGERIDA MD	MD
42	484938	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 2 - MARCA SUGERIDA MD	MD
43	484939	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 3 - MARCA SUGERIDA MD	MD
44	484940	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 4 - MARCA SUGERIDA MD	MD
45	484941	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 5 - MARCA SUGERIDA MD	MD
48	486888	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO G CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVIVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADES. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR
49	486887	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO M CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADES. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR
50	486814	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO P CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PO BIO-ABSORVIVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADE. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR
59	484926	LUVAS PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS. LUVA DE MALHA TRICOTA EM FIOS DE POLIPROPILENO/ALGODÃO, COM PIGMENTOS NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS. LUVAS DESENVOLVIDAS PARA PROPORCIONAR RESULTADOS EXCELENTES EM APLICAÇÕES SECAS QUE EXIGEM UMA PROTEÇÃO PARA OS RISCOS MECÂNICOS, PRODUZIDA EM UMA SÓ PEÇA SEM COSTURAS. NORMAS: RESISTÊNCIA MECÂNICA: EN 388, ABRASÃO, CORTE, RASGO E PERFURAÇÃO. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. MARCAS DE REFERENCIA: GAMILUVA, SAFETY, OU KALIPSO.	GAMILUVA, SAFETY, OU KALIPSO
74	484887	OXÍMETRO DE ALTA PRECISÃO, PODE SER UTILIZADO TANTO POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE COMO POR PACIENTES NO AMBIENTE DOMÉSTICO PARA MONITORIZAÇÃO DA PORCENTAGEM DE SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NO SANGUE (SPO2) E DOS BATIMENTOS CARDÍACOS POR MINUTO. ALTAMENTE PRECISO NAS LEITURAS E DEVERÁ POSSUIR O MELHOR TEMPO DE RESPOSTA. DEVERÁ TER: VISOR EM TECNOLOGIA OLED, MELHOR VISUALIZAÇÃO EM QUALQUER CONDIÇÃO DE LUMINOSIDADE; INFORMAR SATURAÇÃO (SPO2) E FREQUÊNCIA CARDÍACA; CURVA PLESTIMOGRÁFICA; CAPA PROTETORA EM SILICONE E ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO. ESSE PRODUTO REQUER PILHAS/BATERIAS DO TIPO OXÍMETRO DE PULSO, QUE JÁ ESTÃO INCLUSAS. ADEQUADO PARA PESSOAS COM: INSUFICIÊNCIA CARDÍACA, DOENÇAS PULMONARES	G-TECH, OU INCOTERM, OU BEURER

45



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		OBSTRUTIVAS CRÔNICAS, ASMA BRÔNQUICA; TAMBÉM ADEQUADO PARA ESPORTES EM GRANDES ALTITUDES. VISOR COLORIDO COM 4 VISUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS; BRILHO AJUSTÁVEL DA TELA; VISOR GRÁFICO DE PULSO; PEQUENO E LEVE PARA USO EM CASA E/OU EM MOVIMENTO; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; INDICADOR DE BATERIA FRACA. TER NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA. MARCAS DE REFERENCIA: G-TECH, OU INCOTERM, OU BEURER.	
--	--	---	--

TABELA 2			
SEQ.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA(S)/MODELO(S) EXIGIDA:
2	487120	ASPIRADOR CIRÚRGICO 5 LITROS A-45 PLUS C/ PEDESTAL. SISTEMA DE PRODUÇÃO DE VÁCUO ACIONADO POR DIAFRAGMA EM BORRACHA NEOPRENE E MALHA DE NYLON, COM ALTA DURABILIDADE E ELIMINANDO AS SUPERFÍCIES DE FRICÇÃO; REGISTRO AGULHA AÇO INOX, DE PASSO FINO, PARA AJUSTE DE VÁCUO, PROPORCIONANDO SUA VE REGULAGEM DA SUÇÃO; MOTOR ELÉTRICO COM ¼ CV, COM SISTEMA INTERNO DE EXAUSTÃO FORÇADA; VACUÔMETRO CALIBRADO ATÉ 30 POL HG (760 MM HG), GRANDE E FÁCIL LEITURA; AJUSTE DE VÁCUO, ENTRE 0 E 22 POL HG; FLUXO DE AR: 25 LITROS / MIN; ASPIRAÇÃO DE ÁGUA: 4 LITROS / MIN; VÁLVULA DE SEGURANÇA ACIONADA POR BÓIA PARA BLOQUEIO DE ENTRADA DE SECREÇÃO NO CABEÇOTE; FUNCIONAMENTO TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO; CARENAGEM PLÁSTICA PARA PROTEÇÃO DO MOTOR DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ABERTURA PARA SAÍDA DO SISTEMA DE EXAUSTÃO FORÇADA DO AR; ALÇA DE EMPUNHADURA NA PARTE SUPERIOR PARA LOCOMOÇÃO; PÉS ANTIDERRAPANTES DE BORRACHA, SISTEMA DE VENTOSAS; MICRO FILTRO HEPA PARA PARTÍCULAS DE ATÉ 0,5 MICRON. CINCO RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 2" DE DIÂMETRO, TODOS COM FREIO, EM MATERIAL PLÁSTICO, PERMITINDO FÁCIL MOVIMENTAÇÃO; ESTRUTURA TUBULAR COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, PINTADO EM TINTA EPÓXI POR PROCESSO ELETROSTÁTICO; EMPUNHADEIRA PARA TRANSPORTE; SUPORTE PARA CÂNULAS. POTÊNCIA DE ENTRADA MÁXIMA: 540 WATTS; 127/220 VAC - BIVOLT (CHAVE MANUAL SELETORA); FREQUÊNCIA DA REDE: 50/60 HZ; CABO DE ALIMENTAÇÃO FLEXÍVEL COM PLUG DE 3 VIAS (COM PINO DE ATERRAMENTO); DOIS FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO; SISTEMA DE PROTEÇÃO, COM REARME AUTOMÁTICO PARA SUPER AQUECIMENTO DO MOTOR E SOBRECARGA NA REDE ELÉTRICA. DIMENSÕES EXTERNAS (COM SUPORTE): LARGURA: 52 CM; ALTURA: 104 CM; COMPRIMENTO: 52 CM. MARCA EXIGIDA: OLIFED.	OLIFED
36	487121	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO 0-15 LPM MACHO. CARACTERÍSTICAS: POSSUEM CORPO E NIPLE CONFECCIONADOS EM LATÃO CROMADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BILHA EM POLICARBONATO E ESFERA EM AÇO INOXIDÁVEL; GÁS: OXIGÊNIO; ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN; ESFERA (FLUTUADOR): AÇO INOXIDÁVEL; CORPO E NIPLE DE SAÍDA: LATÃO CROMADO; PRESSÃO DE CALIBRAÇÃO: 3,5 KG/CM²; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA: CONFORME A NORMA ABNT NBR 11906; BORBOLETA: POLIPROPILENO (PP) COM ROSCA INTERNA EM METAL; BICO: ALUMÍNIO OU LATÃO; ANEL DE VEDAÇÃO: BORRACHA NITRILICA; BILHAS: POLICARBONATO. MARCA EXIGIDA: PROTEC.	PROTEC
81	487122	OXIMETRO DE PULSO SENSE 10 - PORTATIL COM SENSOR, PARA PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS. APRESENTAR FOLDER. MARCA EXIGIDA: ALFAMED	ALFAMED
82	484509	PRANCHA LONGA PARA RESGATE EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM JOGO DE CINTOS PARA O TRANSPORTE MANUAL DE VITIMAS DE ACIDENTES COM CAPACIDADE DE PESO DE ATÉ 180 KG. COMPRIMENTO ABERTA 1830 MM; LARGURA ABERTA 440 MM, ALTURA MÁXIMA 65 MM; PESO LIQUIDO 8,5 KG; CAPACIDADE 180 KG. MARCA MARIMAR	MARIMAR



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.4.2. Em relação aos itens expostos na **tabela 1**, deverá ser observado à indicação das marcas citadas, considerando ser as que atendem as necessidades das secretarias conforme justificativa apresentada.

4.4.3. No que tange aos itens expostos na **tabela 2**, deverá ser considerado a indicação das marcas aceitáveis, pois, as mesmas, são as que atendem as exigências das secretarias, conforme justificativa apresentada.

4.4.3.1. Propostas apresentadas com marcas divergentes das exigidas, ocasionará a desclassificação do licitante para o item.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.5.1. Não se aplica.

4.6. SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES

5.1.1. Os equipamentos, materiais e/ou produtos serão solicitados conforme a necessidade da Administração e deverão ser entregues nas datas, nos locais e quantidades solicitadas, sendo designadas para o recebimento o servidor responsável de cada Secretaria, a entrega deverá acontecer no horário de funcionamento.

5.1.2. O prazo de entrega dos produtos é de até **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) expedida pela secretaria solicitante, nas quantidades nela especificadas.

5.1.3. O prazo de entrega não poderá ser prorrogado, salvo se houver pedido formal, devidamente justificado pela contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional.

5.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.1.5. Os produtos devem estar no que couber, em conformidade junto aos órgãos anuentes (ABNT, ANVISA (quando aplicável), INMETRO, etc).

5.1.6. Todo EPI (Equipamento de Proteção Individual) fornecido, deverá apresentar, obrigatoriamente, o CA (Certificado de Aprovação) válido na data de recebimento deste, em conformidade com NR 6 da Portaria Ministério do Trabalho e Previdência nº 2.175, de 28 de julho de 2022, que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização e utilização EPI.

5.1.7. Caberá ao responsável receber ou rejeitar os itens após verificar a qualidade e as quantidades dos mesmos, podendo rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.1.8. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria solicitante, independentemente de sua localização no Município de Juína-MT, conforme especificações e quantidades solicitadas das 07h às 11h ou das 13h às 17h de segunda a sexta-feira.

5.1.9. O aceite dos produtos pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo CONTRATADO, verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.10. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital, proposta e ata de registro de preços; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

5.1.11. O CONTRATADO deverá colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade de fabricação do produto, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

5.1.12. Não serão aceitas ofertas de produtos em condições diferentes das solicitadas.

5.1.13. O produto fornecido em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso.

5.1.14. O fornecimento do produto compreende: a substituição e a garantia do mesmo.

5.1.15. Reserva-se a CONTRATANTE o direito de não aceitar o produto cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

5.1.16. Quanto a problemas de qualidade dos produtos, a licitante notificada pela CONTRATANTE será responsável pela substituição do produto, observando o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas à custa do CONTRATADO, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesse ato convocatório;

5.1.17. A licitante vencedora deverá submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal de Juína – MT.

5.1.18. Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem estar, no que couber, em conformidade junto aos órgãos anuentes (ABNT, ANVISA, quando aplicável, INMETRO, etc.) e fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original.

5.1.19. Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem conter as instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, além do número do lote de fabricação.

5.2. GARANTIA

5.2.1. O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento dos itens.

5.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.2.4. O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do CONTRATADO.

6. GESTÃO DA(O) ATA/CONTRATO

6.1. A(o) ata/contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da(o) ata/contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. FISCALIZAÇÃO

6.5.1. A execução da(o) ata/contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da(o) ata/contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. O fiscal técnico da(o) ata/contrato acompanhará a execução da(o) ata/contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na(o) ata/contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.2. O fiscal técnico da(o) ata/contrato anotar no histórico de gerenciamento da(o) ata/contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da(o) ata/contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da(o) ata/contrato emitirá notificações para a correção da execução da(o) ata/contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.4. O fiscal técnico da(o) ata/contrato informará ao gestor da(o) ata/contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da(o) ata/contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico da(o) ata/contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor da(o) ata/contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.6. O fiscal técnico da(o) ata/contrato comunicará ao gestor da(o) ata/contrato, em tempo hábil, o término da(o) ata/contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.7.1. O fiscal administrativo da(o) ata/contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da(o) ata/contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da(o) ata/contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.8. GESTOR DO CONTRATO

6.8.1. O gestor da(o) ata/contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da(o) ata/contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da(o) ata/contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da(o) ata/contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8.2. O gestor da(o) ata/contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8.3. O gestor da(o) ata/contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.8.4. O gestor da(o) ata/contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.8.5. O gestor da(o) ata/contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.8.6. O gestor da(o) ata/contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.8.7. O gestor da(o) ata/contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da(o) ata/contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. RECEBIMENTO

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



pelo acompanhamento e fiscalização da(o) ata/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da(o) ata/contrato.

7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados da(o) ata/contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução da(o) ata/contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da(o) ata/contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, tendo como base a *Taxa Referencial – TR*, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1 + TR/100) N30 - 1] \times VP$$

Onde:

TR	=	Percentual atribuído à Taxa Referencial - TR
EM	=	Encargos moratórios
VP	=	Valor da parcela a ser paga
N	=	Número de dias entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento

7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. FORMA DE FORNECIMENTO

8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado por 12 (doze) meses, conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) solicitante(s).

8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.1.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



8.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1.2.7. Alvará de Funcionamento, do Município da Licitante, em plena validade;

8.3.1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II), emitida há, no máximo, **30 (trinta) dias**, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

8.3.1.3.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

8.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.3.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprove aptidão para o fornecimento de bens/produtos de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

8.3.1.4.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.1.4.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do(a) contrato/ata que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.3.1.4.1.3. A Administração poderá diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado ou fornecimento



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



de bens/produtos, podendo solicitar cópias das Notas Fiscais, dos(as) respectivos(as) contratos/atas e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução do serviço ou fornecimento de bens/produtos.

8.3.1.4.1.4. Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 501.006,59 (quinhentos e um mil, seis reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme custos unitários descritos na tabela do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Juína – MT.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

- 8 - 01.001.04.122.0002.2005.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 15 - 01.001.04.122.0002.2005.4.4.90.52.1.500.0000000;
- 95 - 02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.30.1.500.1001000;
- 103 - 02.100.12.361.0002.2203.4.4.90.52.1.500.1001000;
- 287 - 03.105.10.301.0013.2304.3.3.90.30.1.600.0000000;
- 293 - 03.105.10.301.0013.2304.4.4.90.52.1.500.1002000;
- 313 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.30.1.500.1002000;
- 313 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.30.1.600.0000000;
- 313 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.30.1.621.0000000;
- 319 - 03.105.10.302.0015.2315.4.4.90.52.1.500.1002000;
- 325 - 03.105.10.302.0015.2316.3.3.90.30.1.600.0000000;
- 329 - 03.105.10.302.0015.2316.4.4.90.52.1.500.1002000;
- 434 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.30.1.500.1002000;
- 434 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.30.1.600.0000000;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- 434 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.30.1.621.0000000;
- 508 - 04.140.04.331.0036.2414.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 708 - 06.180.08.244.0006.2601.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 715 - 06.180.08.244.0006.2601.4.4.90.52.1.500.0000000;
- 823 - 07.100.04.122.0002.2702.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 883 - 07.110.04.122.0002.2713.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 944 - 08.190.04.122.0002.2822.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 1031 - 09.100.04.122.0002.2902.3.3.90.30.1.500.0000000.

Juína-MT, 30 de junho de 2025.

Termo de referência elaborado por:

(assinado eletronicamente)

GABRIELLY DA SILVA BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Aprovado por:

(assinado eletronicamente)

ERICSON LEANDRO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(assinado eletronicamente)

GEREMIAS DA SILVA LIMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(assinado eletronicamente)

JONATAS PLINIO COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

(assinado eletronicamente)

JANIA FERREIRA DIAS
Portaria nº. 8.597/2024
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL

(assinado eletronicamente)

RITIELY FERNANDA DA SILVA
DIRETORA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

(assinado eletronicamente)

ROBSON AMORIM MACHADO
CHEFE DE GABINETE

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



(assinado eletronicamente)

STEFANIA BASILIO SANTANA LOPES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

(assinado eletronicamente)

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

(assinado eletronicamente)

ADALBERTO RODRIGUES JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



APÊNDICE DO ANEXO I – **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 145/2025

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP conforme previsto na Lei n.º 14.133/21, constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e embasar o termo de referência.

Assim, o ETP tem como objetivo principal estudar detalhadamente a necessidade da contratação e identificar no mercado a melhor solução para suprir a necessidade, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Isto posto, o presente instrumento, trata-se de Estudo Técnico Preliminar que visa verificar a viabilidade para o processo de **PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, APH - SAMU E MATERIAIS PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de aquisição que visa cumprir as normativas de segurança de trabalho, preservando a integridade física, bem estar e melhorias no ambiente de trabalho. A referida aquisição garante aos servidores maior segurança nas realizações de diligências externas, vistorias, acompanhamento dos serviços, atendimento pré-hospitalar, manuseio de produtos químicos, instrumentos perfuro cortantes, entre outros que são constantemente utilizados em cozinhas, durante limpezas urbanas, em oficinas mecânicas, manutenção de estradas rurais e afins.

Considerando a natureza das atividades realizadas pelos servidores em locais externos que implicam em exposição a riscos ambientais, fazendo com que seja necessária a devida proteção física dos profissionais envolvidos, evitando assim a ocorrência de danos à saúde, bem como incidentes ou acidentes de trabalho.

Ademais, vale ressaltar que a Administração Pública Municipal tem o compromisso de fornecer suporte e condições necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos e atividades realizadas por suas secretarias, no qual oferece serviços e cuidados de qualidade.

Deste modo, é indispensável garantir o fornecimento dos itens solicitados, para a proteção dos profissionais durante o exercício de suas atividades, preservando e assegurando padrões adequados de saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, que visam amenizar riscos de acidentes, assim, contribuindo para a melhoria da qualidade e produtividade no trabalho.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da Contratação serão descritos no Termo de Referência, atendo-se aos seguintes tópicos: **Habilitação jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica.**

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme dispõe o inciso V do § 1º do Art. 18 da Lei n. 14.133/2021, bem como o Art. 9º, inciso III, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas de possíveis soluções, podendo ser considerado as seguintes opções:

a) Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) Ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

c) Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e

d) Ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

No caso em tela, vislumbra-se que a pesquisa de mercado deverá ser realizada com potenciais fornecedores bem como mediante preços públicos, haja vista que refletirá melhor o preço da aquisição. Na busca do melhor preço, a Administração Pública sempre se busca utilizar preços públicos desde que esteja dentro dos requisitos de cada bem e serviço a ser licitado, principalmente para seguir a legalidade, conforme se destaca Resolução de Consulta nº 20/2016 do TCE/MT.

Ocorre que alguns produtos e serviços, por características peculiares, não é possível encontrar preços praticados por entes públicos, pelo que se utilizam preços de potenciais fornecedores para chegar ao preço médio dos itens a serem licitados.

Logo, considerando-se, tratar de bens comuns, que são facilmente encontrados no mercado, há muitas opções de mercado diferenciadas para essa aquisição, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores.

5. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

O quadro abaixo representa, de forma ilustrativa, duas sugestões, dentre várias possíveis, de sistematizar as informações das soluções pesquisadas para subsidiar a avaliação para o atendimento da demanda em análise, detalhando a comparação de vantagens (pontos fortes) e desvantagens (riscos, limitações, problemas) referentes à adoção de cada solução ou como cada uma delas cumpre ou descumpe os requisitos da contratação.

Quadro comparativo:



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Soluções	Vantagens (pontos fortes)	Desvantagens (riscos, limitações, problemas)
Solução 1: Processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo sistema Registro de Preços, via critério de julgamento de menor preço por item.	<ul style="list-style-type: none">• Cumprimento dos requisitos legais para adquirir os itens pretendidos.• Maior competitividade e transparência no processo de aquisição dos itens.• Possibilidade proposta mais vantajosas à Administração Pública através de descontos que podem ser ofertados durante o certame.	<ul style="list-style-type: none">• Tempo necessário aos ritos para aquisição dos itens via licitação.
Solução 2: Execução dentro dos contratos de aquisição dos itens solicitados.	<ul style="list-style-type: none">• Maior agilidade pela não exigência dos ritos para contratação via licitação.	<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de questionamento de órgãos de controle por não licitar contrato específicos para aquisições desta monta.• Restrição de competitividade.• Possibilidade de extrapolação do limite de reprogramação dos contratos de aquisição devido a monta do empreendimento.

Deste modo, considerando o exposto acima, após análise comparativa, infere-se que a **solução 1** seja a mais adequada por ficar demonstrado a possibilidade de maior desconto nos preços a serem ofertados pelas licitantes, promoção da competitividade, sem transfiguração de espoco dos contratos existentes.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa é a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico pelo sistema Registro de Preços, via critério de julgamento de menor preço por item, para a aquisição pretendida, uma vez que os itens a serem adquiridos são de natureza comum e seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A descrição dos itens e estimativa de quantidades conforme solicitação das secretarias demandantes encontra-se no quadro abaixo:

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Seq.	Código	Itens	Unidade	Quantidade
1	484885	APARELHO PARA VERIFICAR PRESSÃO ARTERIAL – DIGITAL. O APARELHO AUTOMÁTICO DE PULSO QUE REALIZA A MEDIÇÃO DA PRESSÃO SANGUÍNEA SISTÓLICA, DIASTÓLICA E FREQUÊNCIA CARDÍACA POR UM MÉTODO NÃO INVASIVO. O APARELHO UTILIZA O MÉTODO OSCIOMÉTRICO DE MEDIÇÃO. DEVERÁ TER: MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL E FREQUÊNCIA CARDÍACA; DETECÇÃO DE ARRITMIA CARDÍACA; INDICADOR GRÁFICO DE NÍVEL DE HIPERTENSÃO; MÉDIA AUTOMÁTICA DAS 3 ÚLTIMAS MEDIÇÕES; 120 MEMÓRIAS COM HORA E DATA; TOTALMENTE AUTOMÁTICO; MEDIÇÃO NO BRAÇO; DEVERÁ TER DURABILIDADE, CONFORTO, SER LEVE E RESISTENTE; BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL PARA MEDIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL; REVESTIMENTO ANTIBACTERIANO AJUDA A PREVENIR O CRESCIMENTO DE FUNGOS E BACTÉRIAS; BORDAS COM DOBRAS DIMINUEM O RISCO DE CORTES E DE ARRANHÕES; VELCRO DE ALTA QUALIDADE; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 01 APARELHO DIGITAL DE PRESSÃO DIGITAL - 01 BRAÇADEIRA DE BRAÇO DE 22 X 43 CENTÍMETROS (CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO ADULTO) - 01 BRAÇADEIRA CIRCUNFERÊNCIA DE 33 CM A 43CM (GRANDE) - 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS - 01 FONTE ADAPTADOR BIVOLT PARA USAR CONECTADO NA ENERGIA - 04 PILHAS AAA - 01 ESTOJO DE NYLON - 01 CAIXA ORIGINAL DO PRODUTO. GARANTIA DE 5 ANOS. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO. PRECISÃO CLINICAMENTE COMPROVADA DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DA AAMI (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE INSTRUMENTOS) E DA BHS (SOCIEDADE BRITÂNICA DE HIPERTENSÃO). MARCAS DE REFERENCIA: G-TECH, OMRON OU TECHLINE.	un	6
2	487120	ASPIRADOR CIRÚRGICO 5 LITROS A-45 PLUS C/ PEDESTAL. SISTEMA DE PRODUÇÃO DE VÁCUO ACIONADO POR DIAFRAGMA EM BORRACHA NEOPRENE E MALHA DE NYLON, COM ALTA DURABILIDADE E ELIMINANDO AS SUPERFÍCIES DE FRICÇÃO; REGISTRO AGULHA AÇO INOX, DE PASSO FINO, PARA AJUSTE DE VÁCUO, PROPORCIONANDO SUAVE REGULAGEM DA SUCCÇÃO; MOTOR ELÉTRICO COM ¼ CV, COM SISTEMA INTERNO DE EXAUSTÃO FORÇADA; VACUÔMETRO CALIBRADO ATÉ 30 POL HG (760 MM HG), GRANDE E FÁCIL LEITURA; AJUSTE DE VÁCUO, ENTRE 0 E 22 POL HG; FLUXO DE AR: 25 LITROS / MIN; ASPIRAÇÃO DE ÁGUA: 4 LITROS / MIN; VÁLVULA DE SEGURANÇA ACIONADA POR BÓIA PARA BLOQUEIO DE ENTRADA DE SECREÇÃO NO CABEÇOTE; FUNCIONAMENTO TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO; CARENAGEM PLÁSTICA PARA PROTEÇÃO DO MOTOR DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ABERTURA PARA SAÍDA DO SISTEMA DE EXAUSTÃO FORÇADA DO AR; ALÇA DE EMPUNHADURA NA PARTE SUPERIOR PARA LOCOMOÇÃO; PÉS ANTIDERRAPANTES DE BORRACHA, SISTEMA DE VENTOSAS; MICRO FILTRO HEPA PARA PARTÍCULAS DE ATÉ 0,5 MICRON. CINCO RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 2” DE DIÂMETRO, TODOS COM FREIO, EM MATERIAL PLÁSTICO, PERMITINDO FÁCIL MOVIMENTAÇÃO; ESTRUTURA TUBULAR COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, PINTADO EM TINTA EPÓXI POR PROCESSO ELETROSTÁTICO; EMPUNHADURA PARA TRANSPORTE; SUPORTE PARA CÂNULAS. POTÊNCIA DE ENTRADA MÁXIMA: 540 WATTS; 127/220 VAC - BIVOLT (CHAVE MANUAL SELETORA); FREQUÊNCIA DA REDE: 50/60 HZ; CABO DE ALIMENTAÇÃO FLEXÍVEL COM PLUG DE 3 VIAS (COM PINO DE ATERRAMENTO); DOIS FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO; SISTEMA DE PROTEÇÃO, COM REARME AUTOMÁTICO PARA SUPER AQUECIMENTO DO MOTOR E SOBRECARGA NA REDE ELÉTRICA. DIMENSÕES EXTERNAS (COM SUPORTE): LARGURA: 52 CM; ALTURA: 104 CM; COMPRIMENTO: 52 CM. MARCA EXIGIDA: OLIFED.	UNIDADE	3
3	484916	ASPIRADOR DE AR COMPRIMIDO TIPO VENTURI, COM PRESSÃO POSITIVA EM NEGATIVO GERANDO VÁCUO, TAMPA INJETADA EM NYLON - AR 120 - FRASCO COLETOR EM VIDRO COM ROSCA GRADUADA, 500 ML.	un	35
4	484951	ASPIRADOR DE SECREÇÃO MANUAL PORTATIL - DE PLÁSTICO RÍGIDO DE ALTA QUALIDADE. VÁCUO ACIMA DE 625 MMHG. PROPORCIONA SUCCÇÃO ELEVADA E DE BAIXA PRESSÃO PARA PROCEDIMENTOS PRECISOS. FRASCO COLETOR DE 300 ML; 02 CANULAS SEMIRRIGIDAS DE SILICONE, MOLDAVEIS, DISPONÍVEIS EM TAMANHO ADULTO E INFANTIL; FRASCO COLETOR SEMITRANSARENTE; PESO LEVE E PORTATIL, IDEAL PARA USO EM EMERGENCIAS.	un	3
5	484756	ATADURA DE CREPE, 20CM X 1,8M	un	10

61



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6	484758	ATADURA DE CREPE, 30CM X 1,8M	un	10
7	484892	ATADURA DE CREPOM: AS ATADURAS DE CREPOM DEVERÃO SER CONFECCIONADAS EM 100% ALGODÃO CRU COM DENSIDADE 13 FIOS. INDICADAS PARA DIVERSOS TIPOS DE CURATIVOS, TERAPIAS COMPRESSIVAS, APLICAÇÕES ORTOPÉDICAS, IMOBILIZAÇÕES, ENFAIXAMENTOS, FIXAÇÃO DE CURATIVOS E PREVENÇÃO DE CONTUSÕES EM ATIVIDADES ESPORTIVAS. ATADURAS DE CREPOM DEVEM SER ALTAMENTE RESISTENTES, COM ALTA TORÇÃO E COM ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL. TAMANHO: 10 CENTÍMETROS X 1,80 METROS EM REPOUSO. PESO: 190G. PACOTE COM 12 UNIDADES.	PC 12 UN	250
8	485015	AVENTAL IMPERMEÁVEL DE PVC 120X070 - AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO COM PVC, MODELO FRONTAL, ILHOSES AFIXADOS, TIRANTES NA CINTURA E NOS OMBROS PARA AJUSTES - UNIDADE. (C.A. 43459)	un	5
9	484748	BANDAGEM TRIANGULAR TAMANHO - M (1,00X1,00X1,40)	un	32
10	484771	BONÉ TIPO ÁRABE - BONÉ DESENVOLVIDOS PARA UNIFORMIZAÇÃO E PROTEÇÃO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE ÓTIMO ASPECTO COM SAIA, MAIOR DURABILIDADE E ALTA RESISTÊNCIA AOS AGENTES ABRASIVOS DOS PROCESSOS INDUSTRIAIS E AS LAVAGENS. TECIDO COM PROTEÇÃO UV, QUE DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE QUALIDADE E LAUDO QUE INDICAM QUE SUA AÇÃO PROTETORA BLOQUEIA PELO MENOS 98% DA RADIAÇÃO UV. DEVERÁ SER ABSORVEDOR DE SUOR COM COBERTURA EM BRIM PROFISSIONAL, PROJETADO PARA PROPORCIONAR AO TRABALHADOR, CONFORTO E ABSORÇÃO AO SUOR QUE PODE ESCORRER PELA FACE. DEVERÁ TER CASQUETE INTERNO REMOVÍVEL: INJETADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA REFORÇAR A PROTEÇÃO AO TRABALHADOR CONTRA RISCOS DE ESCORIAÇÕES E AGENTES ABRASIVOS NA CABEÇA, PROVOCADAS POR IMPACTOS E RASPÕES EM ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS. TAMANHO: CONTORNO DA CABEÇA DE 53 A 63 CM. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 BONÉ TIPO ÁRABE COM PROTEÇÃO UV. COR: PRETA, AZUL OU CINZA. PERSONALIZADO COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA (EM EXTREMA FIDELIDADE A ARTE ENVIADA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	un	328
11	484925	BOTA PROFISSIONAL BRANCA, CANO MEDIO, SEM FORRO, SEM BICO. BOTA DE PVC, CALÇADO DE SEGURANÇA E IMPERMEÁVEL. CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC). FORRAÇÃO INTERNA DE MALHA EM POLIÉSTER, SEM BICO DE AÇO E SEM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL. CANO DE 30CM. SOLADO MONODENSIDADE. IMPERMEÁVEL. SOLADO ANTI-DERRAPANTE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTAS PROFISSIONAL BRANCA CANO MÉDIO, SEM FORRO, SEM BICO. MARCAS DE REFERENCIA: WURTH, TECSEG OU INVIPRO. TAMANHOS: DO 36 AO 45 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	203
12	487034	BOTINA DE SEGURANÇA - CONFECCIONADA EM COURO NOBUCK PRETO COM FECHAMENTO COM CADARÇO; POSSUIR PALMILHA (EVA) DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO FIXADA PELO SISTEMA STROBEL; CONTAR COM PALMILHA REMOVÍVEL, FACILITANDO A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; POSSUIR SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE E BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO; PROTEGER OS PÉS DO TRABALHADOR CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE. CANO ACOLCHOADO; FORRO DO CANO DEVERÁ SER EM NYLON; FORRAÇÃO INTERNA EM GÁSPEA. TECNOLOGIA DRY COMFORT INDICADA PARA PROTEÇÃO DOS PÉS EM ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS, METALÚRGICAS, AGRÍCOLAS, TRANSPORTADORAS, MINERAÇÃO, ENTRE OUTROS. A BOTINA DEVERÁ TER ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR) (E) E COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) (SRA). II) SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). CARACTERÍSTICAS: O CANO ACOLCHOADO E A SOBREPALMILHA EM EVA GARANTEM UM CONFORTO INIGUALÁVEL, ENQUANTO A TECNOLOGIA DRY COMFORT MANTÉM OS PÉS SECOS, ABSORVENDO A UMIDADE GERADA PELO SUOR. A BOTA É CONFECCIONADA EM NOBUCK, UM MATERIAL RESISTENTE E DE ALTA QUALIDADE, QUE	PAR	238



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		PROPORCIONA UM ACABAMENTO AVELUDADO E SUAVE AO TOQUE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTINAS. COR: PRETA. TAMANHOS: DO 33 AO 46 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE). MARCA DE REFERENCIA: FORTLINE, BRACOL OU MARLUVAS.		
13	484843	BOTINA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA NA COR PRETA, SEM COMPONENTES METÁLICOS, QUE FORNEÇA PROTEÇÃO MECÂNICA, APRESENTAR FORRAÇÃO EM TECIDO TRANSPIRÁVEL, FECHAMENTO EM ELÁSTICO NAS LATERAIS, DORSO ACOLCHOADO, ABAS QUE AUXILIAM O CALCE, SOLADO BICOMPONENTE DE POLIURETANO E BORRACHA RESISTENTE A 300°C POR 1 MINUTO, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, PALMILHA DE MONTAGEM TÊXTIL, IDEAL PARA OS PROFISSIONAIS QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO, QUE COBRE 100% DA PLANTA DOS PÉS, E BIQUEIRA DE COMPÓSITA LEVE, ANTIMAGNÉTICA, ANTICORROSIVA E ULTRA RESISTENTE. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE BOTINAS. OBRIGATÓRIO POSSUIR NÚMERO DE C.A. TAMANHOS: DO 33 AO 46 (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE). MARCAS DE REFERENCIA: IMBISEG, CARTOM OU MARLUVAS.	PAR	942
14	484958	CABO PARA OXIMETRO PORTATIL; TAMANHO ADULTO; CABO PARA EQUIPAMENTO MEDICO HOSPITALAR.	un	19
15	484959	CABO PEDIÁTRICO PARA OXIMETRO PORTATIL; CABO PARA EQUIPAMENTO MEDICO HOSPITALAR.	un	14
16	481077	CALÇADO DE SEGURANÇA - SAPATILHA ANTIDERRAPANTE SOLADO EPI - PAR, TODOS OS NÚMEROS	PAR	104
17	475287	CARRO FUNCIONAL COM BOLSA VINIL CONJUNTO BALDE EXPREMEDOR 15 LITROS VERTICAL E CONJUNTO EXPREMEDOR 33 LITROS 1 BALDE.	un	57
18	484510	CINTA PÉLVICA, SEGURANÇA PARA FRATURAS PÉLVICAS ASSOCIADAS AO RISCO DE GRÁVES HEMORRAGIAS, SENDO USADAS AO REDOR DOS TROCANTERS FEMORAIS (QUADRIL), AS MESMAS POSSUEM OS SEGUINTE TAMANHOS: TAMANHO P: 69 A 119 CM DE CIRCUNFERÊNCIA DE QUADRIL.	un	3
19	484520	CINTA PÉLVICA, SEGURANÇA PARA FRATURAS PÉLVICAS ASSOCIADAS AO RISCO DE GRÁVES HEMORRAGIAS, SENDO USADAS AO REDOR DOS TROCANTERS FEMORAIS (QUADRIL), AS MESMAS POSSUEM OS SEGUINTE TAMANHOS: TAMANHO G: 91 A 152 CM DE QUADRIL	un	3
20	484519	CINTA PÉLVICA, SEGURANÇA PARA FRATURAS PÉLVICAS ASSOCIADAS AO RISCO DE GRÁVES HEMORRAGIAS, SENDO USADAS AO REDOR DOS TROCANTERS FEMORAIS (QUADRIL), AS MESMAS POSSUEM OS SEGUINTE TAMANHOS: TAMANHO NORMAL: 91 A 127 CM DE CIRCUNFERÊNCIA DE QUADRIL.	un	3
21	484921	CINTO FIXADOR PARA PRANCHA DE RESGATE - APH - CONJUNTO COM 3 PEÇAS, CONFECCIONADO EM NYLON 50MM, COM FECHO INJETADO DE RÁPIDA ABERTURA, 1,75 X 5CM	un	45
22	481094	COBERTOR MANTA TERMICA ALUMINIZADA	un	71
23	484765	COLAR CERVICAL - CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM REVESTIDO EM EVA BRANCO, VELCRO COSTURADO EM AMBOS OS LADOS NAS CORES SEGUINDO PADRÃO DE CADA TAMANHO, MONTADO ATRAVÉS DE BOTÃO COM TRAVAMENTO NA COR BRANCA, SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANÁLISE DO PULSO CAROTÍDEO E ABERTURA PARA PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA, TAMANHO G	un	65
24	484764	COLAR CERVICAL - CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM REVESTIDO EM EVA BRANCO, VELCRO COSTURADO EM AMBOS OS LADOS NAS CORES SEGUINDO PADRÃO DE CADA TAMANHO, MONTADO ATRAVÉS DE BOTÃO COM TRAVAMENTO NA COR BRANCA, SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANÁLISE DO PULSO CAROTÍDEO E ABERTURA PARA PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA, TAMANHO M	un	65
25	484763	COLAR CERVICAL - CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM REVESTIDO EM EVA BRANCO, VELCRO COSTURADO EM AMBOS OS LADOS NAS CORES SEGUINDO PADRÃO DE CADA TAMANHO, MONTADO ATRAVÉS DE BOTÃO COM TRAVAMENTO NA COR BRANCA,	un	65

63



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		SUPOORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANÁLISE DO PULSO CAROTÍDEO E ABERTURA PARA PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA, TAMANHO P		
26	484514	COLAR CERVICAL BABY DE RESGATE. O COLAR CERVICAL BABY FOI FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM 2 MM DE ESPESSURA E REVESTIDO POR UMA ESPUMA EMBORRACHADA MACIA. ALTURA 19 CM, LARGURA 44 CM, PROFUNDIDADE 2 CM, PESO 0,100 KG.	un	45
27	484882	COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL. DEVERÃO SER FABRICADAS EM 100% ALGODÃO, SER ESTÉRIL, LIVRE DE QUALQUER AGENTE CONTAMINANTE, SER MACIA E ALTAMENTE ABSORVENTE. POSSUIR 08 CAMADAS COM 05 DOBRAS, SUAS DOBRAS SÃO PARA A PARTE INTERIOR, EVITANDO FIOS SOLTOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TECIDO HIDRÓFILO (100% ALGODÃO); ALVEJADO (ISENTO DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO); TECIDO NEUTRO, MACIO, INODORO, INSÍPIDO E ALTAMENTE ABSORVENTE; ESTERILIZADA COM ÓXIDO DE ETILENO; 13 FIOS/CM ² ; 08 CAMADAS; 05 DOBRAS; TAMANHO DE 7,5CM X 7,5CM. VALIDADE: 03 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA. PACOTE INDIVIDUAL DE COMPRESSAS DE GAZE ESTÉREIS, EMBALADAS EM PACOTES CONTENDO 05 UNIDADES CADA.	PACOTE	1500
28	484883	CURATIVO ADESIVO - CURATIVO ADESIVO QUE POSSA SER UTILIZADO EM QUALQUER CORTE, ARRANHÃO OU MACHUCADO, OFERECENDO MENOR RISCO DE INFECCIONAR, POIS FICA PROTEGIDO CONTRA SUJEIRA, MICRORGANISMOS E ATRITO. A TIRA DO CURATIVO DEVERÁ SER COM MICROFURUS PERMITINDO QUE O FERIMENTO RESPIRE MESMO ESTANDO COBERTO. DIMENSÕES DO CURATIVO ADESIVO: 11 X 5 X 1 CM (C X L X A). MARCAS DE REFERÊNCIA: BAND-AID, CREMER OU NEXCARE. EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.	CX40UND	50
29	486782	ESPAÇADOR AEROSOL PARA MEDICAMENTO ADULTO/INFANTIL. APRESENTAÇÃO COM DUAS MÁSCARAS: 01 MÁSCARA INFANTIL; 01 MÁSCARA ADULTO. ENCAIXE UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE DISPENSADORES DE AEROSOL; TUBO TOTALMENTE TRANSPARENTE PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO SPRAY; TRATAMENTO ANTIESTÁTICO, PERMITINDO A INALAÇÃO DA DOSE TOTAL ADMINISTRADA; MÁSCARAS MACIAS EM PVC, COM VEDAÇÃO TOTAL DO AMBIENTE EXTERNO; VÁLVULA DUPLA E NA MÁSCARA, A MÁXIMA DO TUBO E NA DROGA; MATERIAL 100% LIVRE DE BPA.	un	30
30	484761	ESPARADRAPO - COR BRANCA, HIPOALÉRGICO, NÃO ESTÉRIL, MICROPOROSO, USADO PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS E PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALARES, TAMANHO: 10CM X 4,5MT	un	5
31	484760	ESPARADRAPO - COR BRANCA, HIPOALÉRGICO, NÃO ESTÉRIL, MICROPOROSO, USADO PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS E PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES, TAMANHO: 5CM X 10MT	un	5
32	484881	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL. DEVERÁ SER DESENVOLVIDO COM TECIDO 100% ALGODÃO, ALÉM DE RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE E BORDAS SERRILHADAS, QUE FACILITAM O CORTE ORIENTADO SEM DESFIAMENTO E SEM PRECISAR DE QUALQUER APARELHO DE CORTE. DEVERÁ CONTER TAMBÉM EM SUA FORMULAÇÃO MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDOS DE ZINCO E RESINA. PROPORCIONAR BOA FIXAÇÃO, FLEXIBILIDADE, RESISTÊNCIA E IMPERMEABILIDADE. SER INDICADO PARA DIVERSOS USOS, COMO EM FERIMENTOS, PRIMEIROS SOCORROS, FIXAÇÃO DE CURATIVOS, BANDAGENS ETC. VIR EM EMBALAGENS PROTEGIDAS POR CAPAS, PARA MANTER A INTEGRIDADE DO PRODUTO, E ENROLADO EM CARRETÉIS DE PLÁSTICO, COM ABAS. TAMANHO 2,5CM X 90CM.	un	10
33	484889	ESTETOSCÓPIO. DEVERÁ TER: UMA CAIXA DE DOIS LADOS, DIAFRAGMAS DUPLOS, SINOS CONVERSÍVEIS, TUBULAÇÃO MELHORADA. DIAFRAGMAS AJUSTÁVEIS NOS LADOS ADULTO E PEDIÁTRICO DO PEITO. O LADO PEDIÁTRICO É ÚTIL PARA PACIENTES PEQUENOS, EM TORNO DE CURATIVOS E PARA AVALIAÇÃO CAROTÍDEA. O SINO ABERTO FICA LIMPO DE SUJEIRA E DETRITOS COBRINDO-O COM O PEQUENO DIAFRAGMA. O LADO PEDIÁTRICO SE CONVERTE EM UM SINO ABERTO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 68,58 X 2,54 X 2,54 CM. PESO: 100 G. MARCAS DE REFERÊNCIA: LITTMANN, BIC OU SPIRIT.	un	3
34	487118	FLUXÔMETRO PARA AR COMPRIMIDO 0-15 LPM FÊMEA. CARACTERÍSTICAS: ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN. / 0 A 30 L/MIN; ESFERA (FLUTUADOR): AÇO INOXIDÁVEL; CORPO E NIPLE DE SAÍDA: LATÃO CROMADO; PRESSÃO DE CALIBRAÇÃO: 3,5 KG/CM ² ; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA: CONFORME A NORMA ABNT NBR	UNIDADE	30

64



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		11906; BORBOLETA: POLIPROPILENO (PP) COM ROSCA INTERNA EM METAL; BICO: ALUMÍNIO OU LATÃO; ANEL DE VEDAÇÃO: BORRACHA NITRILICA; BILHAS: POLICARBONATO. MARCA SUGERIDA: PROTEC.		
35	487119	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO 0-15 LPM FÊMEA. CARACTERÍSTICAS: CORPO E NIPLE DE SAÍDA EM LATÃO CROMADO; ESFERA EM AÇO INOXIDÁVEL; BILHAS EM POLICARBONATO; ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN; BORBOLETA EM POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA EM METAL. MARCA SUGERIDA: PROTEC.	UNIDADE	30
36	487121	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO 0-15 LPM MACHO. CARACTERÍSTICAS: POSSUEM CORPO E NIPLE CONFECCIONADOS EM LATÃO CROMADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BILHA EM POLICARBONATO E ESFERA EM AÇO INOXIDÁVEL; GÁS: OXIGÊNIO; ESCALA DE VAZÃO: 0 A 15 L/MIN; ESFERA (FLUTUADOR): AÇO INOXIDÁVEL; CORPO E NIPLE DE SAÍDA: LATÃO CROMADO; PRESSÃO DE CALIBRAÇÃO: 3,5 KGF/CM²; CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA: CONFORME A NORMA ABNT NBR 11906; BORBOLETA: POLIPROPILENO (PP) COM ROSCA INTERNA EM METAL; BICO: ALUMÍNIO OU LATÃO; ANEL DE VEDAÇÃO: BORRACHA NITRILICA; BILHAS: POLICARBONATO. MARCA EXIGIDA: PROTEC.	UNIDADE	15
37	486776	IMOBILIZADOR DE CABEÇA IMPERMEÁVEL INFANTIL TIPO HEAD BLOCK, ANATÔMICO COM REGULAGEM, CONFECCIONADO EM POLIURETANO INJETADO, LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL.	un	8
38	484749	JOGO DE COLAR CERVICAL RESGATE - P / M / G E GG	un	16
39	486770	KIT LARINGOSCÓPIO COM CABO + 5 LÂMINAS CURVAS: 1 CABO PARA LARINGOSCÓPIO STANDARD MÉDIO; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 1 (INFANTIL) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 2 (CRIANÇA) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 3 (ADULTO MÉDIO) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 4 (ADULTO GRANDE) COM LÂMPADA; 1 LÂMINA LARINGOSCÓPIO STANDARD CURVA TAM 5 (ADULTO GRANDE) COM LÂMPADA; 1 LÂMPADA SOBRESSALENTE 2,7V PARA LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL ROSCA GRANDE. CABO MÉDIO CONVENCIONAL: CABO EM METAL À PROVA DE FERRUGEM, LEVES E RESISTENTES; CABO COM SUPERFÍCIE RECARTEILHADA, MELHOR ADERÊNCIA E SEGURANÇA; ABERTURA NA BASE DO CABO; ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS MÉDIAS TIPO C (PILHAS NÃO ACOMPANHAM O PRODUTO); ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL; GARANTIA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; REG. ANVISA 80070210014. LÂMINA CONVENCIONAL CURVA MACINTOSH: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL À PROVA DE FERRUGEM; ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO E REFLEXÃO; AS ARESTAS ARREDONDADAS DA LÂMINA DE MACINTOSH REDUZEM O RISCO DE LESÃO; ACOMPANHA LÂMPADA; ESTERILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL; ILUMINAÇÃO LÂMPADA VACUM 2,7V; GARANTIA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CONJUNTO	2
40	486773	KIT LARINGOSCÓPIO RETA 6 LAMINAS RETA (00,0,1,2,3,4): ALIMENTAÇÃO: PILHAS ALCALINAS OU BATERIAS RECARREGÁVEIS; ILUMINAÇÃO: LÂMPADA HALÓGENA 2,5V LÂMINA STANDARD; MATERIAL: FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AUSTENÍTICOS À PROVA DE FERRUGEM ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO; ACOMPANHA: LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 0 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 1 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 2 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 3 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 4 (RETA); LÂMINA DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL MILLER 5 (RETA).	CONJUNTO	2
41	484937	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 1 - MARCA SUGERIDA MD	un	6
42	484938	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 2 - MARCA SUGERIDA MD	un	6
43	484939	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 3 - MARCA SUGERIDA MD	un	6
44	484940	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 4 - MARCA SUGERIDA MD	un	6
45	484941	LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO - ROSCA FINA, TAMANHO N. 5 - MARCA SUGERIDA MD	un	6
46	484880	LANCETA (LANCETA DE FRANKE OU AGULHA DE FRANKE). ESPESSURA ULTRAFINA COM PONTA TRIANGULAR PARA PUNÇÃO INDOLOR E PENETRAÇÃO CONSISTENTE. ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO GAMA E DEVERÃO POSSUI FORMATO UNIVERSAL PARA A	CX 100 UN	25

65



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		MAIORIA DOS LANCETADORES EXISTENTES. ESPESSURA DE 28 OU 30G. USO ÚNICO. EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES.		
47	481090	LANTERNA CLINICA PUPILAR - LANTERNA DE LED PROFISSIONAL PORTATIL PARA DIAGNOSTICO CLINICO DE VERIFICACAO DE PUPILA.	un	30
48	486888	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO G CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVIVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADES. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	CX 100 UN	20
49	486887	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO M CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADES. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	CX 100 UN	50
50	486814	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAMANHO P CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL DE ALTA QUALIDADE, LUBRIFICADA COM PO BIO-ABSORVIVEL, SUPERFICIE LISA - CAIXA C/100 UNIDADE. (MARCAS DE REFERÊNCIA: DESCARPACK, MEDIX, SUPERMAX, TALGE, IGUAL OU SUPERIOR).	CX 100 UN	50
51	484766	LUVA NEOPRENE - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL E REVESTIMENTO NA FACE PALMAR, PONTA DOS DEDOS E DORSO EM NEOPRENE, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS, REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO. REUTILIZÁVEL. DEVERÁ TER: ÓTIMA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, MELHOR CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA QUÍMICA, PROTEÇÃO MECÂNICA E TÉRMICA; PROTEÇÃO TÉRMICA COM RESISTÊNCIA AO CALOR DE CONTATO DE ATÉ 250°C COM INTERMITÊNCIA DE 15 SEGUNDOS; CONFORTO E ABSORÇÃO DO SUOR, PROPORCIONADO FORRO EM ALGODÃO; ANTIDERRAPANTE, COM FORMATO COLMEIA, MELHORA A ADERÊNCIA NA MANIPULAÇÃO DE OBJETOS MOLHADOS, COM BOA ADERÊNCIA TAMBÉM EM SUPERFÍCIE SECA E COM ALTO PADRÃO DE RESISTÊNCIA A ABRASÃO; FORMATO ANATÔMICO, REDUZINDO A FADIGA MUSCULAR; PUNHO RETO, PERMITINDO MAIOR VENTILAÇÃO, ALÉM DISSO, EVITA QUE MATERIAIS FIQUEM IMPREGNADOS NO PUNHO DA LUVA; INDICADA PARA: TRABALHOS GERAIS, MÉDIOS E SEVEROS, PROTEGE O TRABALHADOR CONTRA AGENTES QUÍMICOS. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS). COMPOSIÇÃO DO PRODUTO: LÁTEX NATURAL, NEOPRENE E ALGODÃO. EMBALAGEM CONTENDO 01 PAR DE LUVAS. COR: AZUL COM PUNHO AMARELO. TAMANHOS: DO P AO GG (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	1901
52	487035	LUVA NITRILICA LONGA 46CM - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA, SEM REVESTIMENTO INTERNO (ACABAMENTO CLORINADO) 100% TEXTURIZADA, COM COMPRIMENTO DE 46CM - TAMANHO: P, M, G, XG, - PAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES, QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS). (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	512
53	486813	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRURGICOS (SEM PÓ) TAMANHO G - CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX 100 UN	20
54	485552	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRURGICOS (SEM PÓ) TAMANHO M (CX C/ 100 UND).	CX 100 UN	50
55	486812	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRURGICOS (SEM PÓ) TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX 100 UN	50
56	487036	LUVA PVC 26 CM PALMA ASPERA FORRADA - PAR. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	815
57	487037	LUVA RASPA SOLDADOR FORRADA ALTA TEMPERATURA REFORÇADA (PAR). COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR	PAR	120



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		DE COMPRAS), (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).		
58	487038	LUVAS DE RASPA COM 7 CM DE PUNHO. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	PAR	170
59	484926	LUVAS PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS. LUVA DE MALHA TRICOTA EM FIOS DE POLIPROPILENO/ALGODÃO, COM PIGMENTOS NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS. LUVAS DESENVOLVIDAS PARA PROPORCIONAR RESULTADOS EXCELENTES EM APLICAÇÕES SECAS QUE EXIGEM UMA PROTEÇÃO PARA OS RISCOS MECÂNICOS, PRODUZIDA EM UMA SÓ PEÇA SEM COSTURAS. NORMAS: RESISTÊNCIA MECÂNICA: EN 388, ABRASÃO, CORTE, RASGO E PERFURAÇÃO. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. MARCAS DE REFERENCIA: GAMILUVA, SAFETY, OU KALIPSO.	PAR	524
60	487039	MACACAO IMPERMEAVEL DE PROTECAO QUIMICA PARA USO DE TRABALHO, CARACTERISTICO DE MARCAÇÃO TIPO 4 5 E 6. FABRICADO EM POLIPROPILENO OU FILME LAMINADO DE POLIETILENO. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	un	15
61	487040	MACACÃO IMPERMEÁVEL DE PVC. CONFECCIONADO EM PVC DUPLA FACE COM TRAMAS EM NYLON (TREVIRA KP 500), POSSUI CAPUZ ACOPLADO, FECHAMENTO FRONTAL PRIMÁRIO POR ZIPER E FECHAMENTO SECUNDÁRIO EM PALA COM QUATRO BOTÕES DE PRESSÃO PLÁSTICOS, ESPESSURA DE 0,40 A 0,42 MM, POSSUI UMA BOLSA INTERNA DO TIPO CANGURU, LUVAS E BOTAS DE PVC, ACOPLADAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, TESTADO E APROVADO PELAS NORMAS BS 3546:1977 NO LABORATÓRIO DO IPT. PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. TAMANHO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	un	108
62	484890	MALETA CAIXA PRIMEIROS SOCORROS C/2 BANDEJAS. MALETA MALA CAIXA PARA KIT PRIMEIROS SOCORROS. A MALETA DISPÕE DE DUAS BANDEJAS COM DIVISÓRIAS, E SISTEMA DE ABERTURA RETRÁTIL. IDEAL PARA O ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS E OBJETOS PARA PRIMEIROS SOCORROS. COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. DEVERÁ POSSUIR DUAS BANDEJAS COM DIVISÓRIAS, CONTA COM UMA TRAVA DE SEGURANÇA E UMA ALÇA PARA TRANSPORTE. MALETA PRÁTICA E RESISTENTE. MEDIDA DO PRODUTO: 33CM COMPRIMENTO, 20CM LARGURA, 16CM ALTURA.	un	2
63	484918	MANGUEIRA EXTENSAO - NYLON TRANÇADO PARA OXIGENIO, 1 METRO.	un	8
64	486779	MANGUEIRA EXTENSÃO EM NYLON TRANÇADO PARA AR COMPRIMIDO - 3 METROS.	un	8
65	486767	MANGUEIRA EXTENSÃO TRAMA NYLON TRANÇADO PARA OXIGÊNIO (O2) - 3 METROS. PADRÃO ABNT NBR 11906.	un	13
66	472638	MASCARA CIRURGICA CAMADA TRIPLA, COM ELASTICO, NAO ESTERIL, ATOXICA, DESCARTAVEL, COR BRANCA - CAIXA COM 50 UNIDADES	CX 50 UN	181
67	4779	MASCARA DE PROTEÇÃO N95 PFF2 (BICO DE PATO) COM TIRAS AJUSTÁVEIS PARA TODOS OS TAMANHOS DE CABEÇA	un	57
68	7822	MASCARA DE SOLDA AUTOMATICA COM 3 REGULAGENS - PROFISSIONAL	un	20
69	41576	MASCARA RESPIRATORIA - PROTECAO DAS VIAS RESPIRATORIAS CONTRA POEIRAS, NEVOAS E FUMOS PFF2 COM FILTRO - UNIDADE	un	178
70	484522	OCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL CONTRA RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS.	un	104



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



71	487033	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE SOBREPOR: CONFECCIONADA EM PEÇA ÚNICA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM 6 FENDAS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO DE ACORDO COM A NORMA ANSI 187.1. PODENDO SER USADO PARA SOBREPOR ÓCULOS DE GRAU. INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E DO USUÁRIO CONTRA IMPACTO DE PELÍCULAS VOLANTES. UTILIZADO EM MONTADORA, FUNILARIA, AUTO MECÂNICO, FUNDIÇÃO, SERRALHEIRAS, MARCENARIA, LIMPEZA, LOGÍSTICA, TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO CIVIL, AGRICULTURA, PETROQUÍMICA, AEROPORTOS, SERVIÇOS DE ELETRICIDADE, ENTRE OUTROS. ESTE ÓCULOS NÃO É INDICADO PARA EXPOSIÇÃO AOS RAIOS UVA E UVB, INCLUSIVE OS GERADOS EM TRABALHO DE SOLDA. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. VALIDADE DO PRODUTO: 03 ANOS OU SUPERIOR (QUANDO ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS) (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE).	UNIDADE	100
72	484978	ÓCULOS DE PROTEÇÃO. ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTES TRANSPARENTES QUE CONTEM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO E HASTE TIPO ESPÁTULA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TESTADO E APROVADO DENTRO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E DA NORMA ANSI.Z.87.1/2003; LENTES CONFECCIONADAS EM POLICARBONATO; HASTES COM AJUSTE DE COMPRIMENTO; LENTES COM TRATAMENTO ANTI-RISCO; ARMAÇÃO COM REFORÇO NA BORDA SUPERIOR DO MESMO MATERIAL DALENTE; SUPORTE NASAL CONFECCIONADO NO MESMO MATERIAL DALENTE: ARREDONDADO, ADAPTÁVEL E CONFORTÁVEL. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES QUANDO FOR ADQUIRIDO O PRODUTO PELO SETOR DE COMPRAS. COR: PRETA OU CINZA.	un	208
73	485031	ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES. CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO LATERAL E MEIA PROTEÇÃO NA BORDA SUPERIOR INJETADA NA MESMA PEÇA. HASTES CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO VISOR E ARTICULADAS NAS EXTREMIDADES DO VISOR POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO. VISOR E HASTES NAS CORES INCOLOR. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.	un	232
74	484887	OXÍMETRO DE ALTA PRECISÃO, PODE SER UTILIZADO TANTO POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE COMO POR PACIENTES NO AMBIENTE DOMÉSTICO PARA MONITORIZAÇÃO DA PORCENTAGEM DE SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NO SANGUE (SPO2) E DOS BATIMENTOS CARDÍACOS POR MINUTO. ALTAMENTE PRECISO NAS LEITURAS E DEVERÁ POSSUIR O MELHOR TEMPO DE RESPOSTA. DEVERÁ TER: VISOR EM TECNOLOGIA OLED, MELHOR VISUALIZAÇÃO EM QUALQUER CONDIÇÃO DE LUMINOSIDADE; INFORMAR SATURAÇÃO (SPO2) E FREQUÊNCIA CARDÍACA; CURVA PLESTIMOGRÁFICA; CAPA PROTETORA EM SILICONE E ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO. ESSE PRODUTO REQUER PILHAS/BATERIAS DO TIPO OXÍMETRO DE PULSO, QUE JÁ ESTÃO INCLUSAS. ADEQUADO PARA PESSOAS COM: INSUFICIÊNCIA CARDÍACA, DOENÇAS PULMONARES OBSTRUTIVAS CRÔNICAS, ASMA BRÔNQUICA; TAMBÉM ADEQUADO PARA ESPORTES EM GRANDES ALTITUDES. VISOR COLORIDO COM 4 VISUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS; BRILHO AJUSTÁVEL DA TELA; VISOR GRÁFICO DE PULSO; PEQUENO E LEVE PARA USO EM CASA E/OU EM MOVIMENTO; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; INDICADOR DE BATERIA FRACA. TER NO MÍNIMO 01 ANO DE GARANTIA. MARCAS DE REFERENCIA: G-TECH, OU INCOTERM, OU BEURER.	un	8
75	487122	OXÍMETRO DE PULSO SENSE 10 - PORTATIL COM SENSOR, PARA PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS. APRESENTAR FOLDER. MARCA EXIGIDA: ALFAMED	UNIDADE	27
76	484976	OXÍMETRO DE PULSO SPO2 - PORTATIL, NAO INVASIVO, PARA MEDIR SATURACAO DE OXIGENIO, TEMPO DE RESPOSTA RAPIDO E CONFIÁVEL, ALARMES AUDIO VISUAIS, AJUSTÁVEIS, ACOMPANHA SENSOR PARA PACIENTES ADULTOS, COMPATIVEL COM SENSOR INFANTIL, PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS, ALIMENTACAO: PILHAS ALCALINAS "AA", ACOMPANHA BATERIA RECARREGAVEL E CARREGADOR, CAPA PROTETORA, MANUAL DE OPERACAO EM PORTUGUES.	un	13
77	463723	PERNEIRA DE COURO SINTÉTICO PARA ROCADOR COM VELCRO	PAR	6



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



78	486965	PERNEIRA DE SEGURANCA BIDIM COM 3 TALAS.	PAR	78
79	484742	PRANCHA DE POLIETILENO, COR: AMARELA OU VERMELHA - MEDIDAS: 1,85 X 46,5	un	6
80	486763	PRANCHA EM POLIETILENO INFANTIL COM KIT CINTO: POLIETILENO; IMPERMEÁVEL; RESISTENTE; CAPAZ DE SUPORTAR UMA VÍTIMA DE ATÉ 150KG; UTILIZADA EM AMBULÂNCIAS E RESGATES; ALTURA: 7CM; LARGURA: 45CM; COMPRIMENTO: 120CM; PESO: 6,5KG. BASE FIXADA NA PRANCHA: 40X26CM; LATERAIS FIXADAS NA BASE: 23,5X14X6CM; ORIFÍCIO AURICULAR PARA VERIFICAÇÃO DE SANGRAMENTO DE 80MM. REGISTRO ANVISA.	un	6
81	484509	PRANCHA LONGA PARA RESGATE EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM JOGO DE CINTOS PARA O TRANPORTE MANUAL DE VITIMAS DE ACIDENTES COM CAPACIDADE DE PESO DE ATÉ 180 KG. COMPRIMENTO ABERTA 1830 MM; LARGURA ABERTA 440 MM, ALTURA MÁXIMA 65 MM; PESO LIQUIDO 8,5 KG; CAPACIDADE 180 KG. MARCA MARIMAR	un	10
82	486989	PROTETOR SOLAR - DEVERÁ POSSUIR FÓRMULA ULTRALEVE COMO HIDRATANTE E ALTA PROTEÇÃO INVISÍVEL NA PELE, MUITO RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR. SUA FÓRMULA DEVERÁ POSSUIR TECNOLOGIA QUE PROPORCIONARÁ UMA SOLUÇÃO ALTAMENTE EFICAZ CONTRA OS RAIOS UVA/UVB, FORMANDO UM ESCUDO ULTRALEVE, UNIFORME E PODEROSO. SUA FÓRMULA DEVERÁ CONTER ANTIOXIDANTE, TRAZER PROTEÇÃO IMEDIATA MANTENDO A PELE PROTEGIDA E HIDRATADA. INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE PELE, INCLUSIVE PARA PELE EXTREMAMENTE SENSÍVEL AO SOL, NO CORPO E ROSTO. A FÓRMULA DO PROTETOR DEVERÁ POSSUIR ÁGUA TERMAL, QUE ACALMA A PELE E TAMBÉM REFRESCA E SUAUIZA. FATOR DE PROTEÇÃO: 50 A 70 FPS - UVA +++.	FR120MLT	1690
83	484888	SORO FISIOLÓGICO 0,9%. SISTEMA FECHADO, 100ML. SORO FISIOLÓGICO SOLUÇÃO INJETÁVEL DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%. FRASCO CONTENDO 100ML CADA.	F100MLT	50
84	486781	TABUA DE MASSAGEM CARDÍACA EM ACRÍLICO. Dimensões: 40 CM X 50 CM X 0,5 CM.	un	6
85	481102	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO G	un	22
86	481101	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO M	un	22
87	481100	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO P	un	22
88	481099	TALA IMOBILIZADORA ARAMADA FLEXIVEL REVESTIDA EM E.V.A. - TAMANHO PP	un	22
89	484877	TERMÔMETRO CLÍNICO SEM MERCÚRIO. TERMÔMETRO CLÍNICO PARA DETERMINAÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL - MEDIÇÃO ORAL OU AXILAR. TERMÔMETRO ANALÓGICO DE MÁXIMA COM ENCHIMENTO GALINSTAN. TERMÔMETRO CLÍNICO ECOLÓGICO, SEM MERCÚRIO, CONTÉM UM LÍQUIDO METÁLICO PATENTEADO, COMPOSTO DE GÁLIO, ÍNDIO E ESTANHO, DENOMINADO GALINSTAN. O GALINSTAN É ABSOLUTAMENTE ATÓXICO E NÃO PREJUDICA O MEIO AMBIENTE. INFORMAÇÕES: FAIXA DE MEDIÇÃO DE +35,5C A 42C; RESOLUÇÃO DE 0,1C; EXATIDÃO: +0,1C /-0,15C; TEMPERATURA OPERAÇÃO: -15C A 42C. DIMENSÕES DO PRODUTO: COMPRIMENTO TOTAL: 125 MM (±7); DIÂMETRO DA HASTE: 4,5 MM (±0,8); DIÂMETRO DO TUBO: 12,1 MM (±0,4) 9,3 MM (±0,3). PESO: ? 90G.	un	4
90	481098	TESOURA DE BANDAGEM, INOX, BORDA SERRILHADA, 19 X 10CM - TESOURA DE BANDAGEM, TIPO PONTA ROMBA, POSSUIR CAPACIDADE PARA CORTAR TODOS OS TIPOS DE TECIDO, COURO, BOTAS E ROUPAS, COM LAMINAS AFIADAS, TEMPERADAS E RIGIDAS DE AÇO INOXIDAVEL COM BORDA SERRILHADA, MEDINDO COMPRIMENTO TOTAL 19CM, LARGURA TOTAL 10CM, ESPESSURA 1CM, PESO 57G, CABO E LAMINAS NA COR PRETA, CABO COM ANEL DE POLIPROPILENO PARA PROPORCIONAR O MAXIMO CONTROLE E CONFORTO NO ENCAIXE DOS DEDOS, O MATERIAL DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE E EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	un	4
91	484879	TIRAS TESTE PARA VERIFICAR GLICEMIA. FORMATO UNIVERSAL. O INTERVALO DE MEDIÇÃO DEVERÁ SER ENTRE 20 E 600 MG/DL; SER INDICADAS PARA USO PESSOAL (AUTOTESTE) E PROFISSIONAL; UTILIZADAS PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE EM SANGUE TOTAL FRESCO E EM PACIENTES NEONATOS; VALIDADE DAS TIRAS APÓS ABERTURA DE CADA FRASCO: 06 MESES. ARMAZENAMENTO EM FRASCO:	CX 50 UN	35

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prejuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		FACILITA O TRANSPORTE E O USO DOMÉSTICO. REGISTRO ANVISA/MS. FRASCO CONTENDO 50 UNIDADES.		
92	481089	TORNIQUETE TÁTICO PARA APH TÁTICO, EM NYLON AJUSTAVEL PARA CONTROLE DE HEMORRAGIAS NAS EXTREMIDADES INFERIORES E SUPERIORES; COM SISTEMA DE FECHAMENTO, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO DUPLA PARA SUA ESTABILIZAÇÃO MANTENDO SUA INTEGRIDADE E DIMINUINDO O PINCAMENTO DA PELE.	un	10
93	486768	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXÔMETRO: VÁLVULA PARA REGULAGEM DE SAÍDA DE GASES ARMAZENADOS EM CILINDROS. POSSUI FLUXOMETRO EMBUTIDO PARA CONTROLE DE FLUXO, PERMITINDO ACOPLAGEM DE NEBULIZADORES, UMIDIFICADORES E OUTROS APARELHOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE GASES AOS PACIENTES. FEITA EM LATÃO CROMADO COM COMPONENTES INJETADOS EM NYLON. POSSUI MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO COM ESCALA DE 0 A 300 KGF/CM ² , ENTRADA COM FILTRO DE BRONZE SINTERIZADO, VÁLVULA DE SEGURANÇA E FLUXÔMETRO COM ESCALA DE 0 A 15 IPM. PRESSÃO DE SAÍDA FIXA DE 3,5 KGF/CM ² .	un	35

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, considerando a necessidade em definir um valor justo e econômico para a Administração Pública, estima-se que a aquisição pretendida terá aproximadamente o valor de **R\$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil reais)**.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Nesse sentido, o presente processo licitatório a ser deflagrado para a efetivação da aquisição será dividido em itens, conforme as características e especificações constantes da tabela **item 7**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens foram de seu interesse.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INDEPENDENTES

Para a presente contratação não é necessária à realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta aquisição seja atingido.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A Administração almeja com a presente aquisição atender aos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, com respeito a impactos ambientais e financeiros positivos, buscando os seguintes resultados:

a) Adquirir os itens pretendidos em consonância com os princípios do interesse público e da vantajosidade para a Administração, com qualidade que atende as especificações e exigências descritas neste Estudo, assim como no Termo de Referência.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



b) Promover a aquisição pretendida para garantir o cumprimento das normativas de segurança de trabalho, assegurando padrões adequados de saúde e bem-estar no ambiente de trabalho.

c) Sanar as demandas das Secretarias Solicitantes no que tange a necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPIS, APH - SAMU e Materiais para o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, com o propósito de promover a segurança no ambiente de trabalho dos servidores municipais.

12. PROVIDENCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se aplica.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A CONTRATADA se responsabilizará por cumprir devidamente a legislação e normas ambientais vigentes no que tange a execução do objeto.

Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluições, e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

Caso seja constatado o descumprimento das orientações acima, a empresa a ser CONTRATADA poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

As informações obtidas e compiladas neste documento demonstram que a aquisição é viável, com elementos técnicos que a justificam, estando adequada para atender a demanda e a necessidade pleiteada.

A modalidade de licitação deverá ser Pregão Eletrônico, cujo tipo mostrou-se mais adequado ao tipo de escopo, quantidade de itens e valor estimado para intervenção.

Tendo em vista a análise de todas as condicionantes levantadas no presente documento para a aquisição pretendida, deferimos como procedente a viabilidade desse empreendimento.

Juína/MT, 15 de maio de 2025.

Solicitantes:

(assinado eletronicamente)

ERICSON LEANDRO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(assinado eletronicamente)

GEREMIAS DA SILVA LIMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



(assinado eletronicamente)

JONATAS PLINIO COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

(assinado eletronicamente)

JANIA FERREIRA DIAS
Portaria nº. 8.597/2024
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM SUBSTITUIÇÃO

(assinado eletronicamente)

RITIELY FERNANDA DA SILVA
DIRETORA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

(assinado eletronicamente)

ROBSON AMORIM MACHADO
CHEFE DE GABINETE

(assinado eletronicamente)

STEFANIA BASILIO SANTANA LOPES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

(assinado eletronicamente)

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

(assinado eletronicamente)

ADALBERTO RODRIGUES JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Elaborado por:

(assinado eletronicamente)

IANE GABRIELA FARESin OLIVEIRA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO



ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ: Inscrição Estadual: Inscrição Municipal:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	
Banco: Nome e nº da Agência: Conta Bancária:	

Seq.	Código	Descrição (Item)	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

VALOR TOTAL POR EXTENSO:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

Declaramos, ainda, que estão incluídos no preço proposto todas as despesas relacionadas com o objeto do Edital, como impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguros e outras despesas decorrentes de exigência legal.

A validade da presente proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

73



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

MODELO PREFERENCIAL DE PROCURAÇÃO

Pela presente procuração e na melhor forma de direito o(a)s OUTORGANTE(S), _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, ___/___, e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) na (Rua, Avenida, Travessa), n.º _____, Bairro _____, no Município de _____-(UF), nomeia(m) e constitui(em) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) OUTORGADO(S), _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, ___/___, e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) na (Rua, Avenida, Travessa), n.º _____, Bairro _____, no Município de _____(UF), a quem confere poderes amplos, gerais ilimitados, irrevogáveis e irretroatáveis, para o fim especial único de representar o OUTORGANTE em todas as fases do Pregão Eletrônico n.º 064/2025, a ser realizada pelo Poder Executivo do Município de Juína-MT, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, APH - SAMU E MATERIAIS PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE**, podendo, para tanto, manifestar-se a respeito do procedimento mencionado acima, ofertar lances e recorrer na forma da lei, bem como atuar e praticar todos os atos necessários em todas as fases do procedimento licitatório; representar o OUTORGANTE perante repartições públicas em geral, especialmente, podendo requerer, alegar e assinar o que convier, concordar, discordar, prestar declarações e informações, juntar e retirar documentos, fazer acertos e firmar compromissos, ceder e transferir, passar direitos de contratos públicos ou particulares, efetuar pactos e assinar inclusive outros documentos que sejam necessários, em nome do OUTORGANTE, enfim, praticar, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer, que o OUTORGANTE dará e haverá por bom, firme e valioso. Enfim, podendo, para tanto, exercer todos os atos necessários, judiciais e extrajudiciais, para o fiel cumprimento do presente mandato no que diz respeito aos interesses do OUTORGANTE.

Local e data.

Assinatura
(Outorgante)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

74



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME E EPP

A Signatária _____, CNPJ/MF n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, RG n.º _____ CPF/MF n.º _____, residente e domiciliado(a) no Município de _____, Estado de _____, em atenção à exigência contida no Pregão Eletrônico n.º 064/2025, **DECLARA** por seu representante legal infra-assinado, para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa mencionada acima está enquadrada como _____ (MICROEMPRESA-ME/EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP) e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus arts. 42 a 49.

DECLARA que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º, do art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

DECLARA, ainda, que não celebrou neste ano-calendário, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

75



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO



ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

**DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL**

Para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 064/2025, a empresa (NOME COMPLETO DA PROPONENTE) _____, CNPJ nº _____, sediado(a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), **DECLARA**, sob as penas da Lei, notadamente o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no edital do referido certame licitatório conforme previsto no artigo 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 01, de 19 de Janeiro de 2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinam/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

76



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na Av/Rua _____, por meio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições legais:

DECLARA que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta e sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, art. 68, da Lei nº. 14.133/2021.

DECLARA que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos públicos.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei n.º 14.133/2021.

DECLARA que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARA sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas.

DECLARA que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

DECLARA que as informações aqui prestadas são verídicas, tendo ciência da responsabilidade pela veracidade das informações, na forma da lei.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO



ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

DADOS PARA CADASTRO NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Dados da Empresa:

Nome Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)
Inscrição Estadual:	
Inscrição Municipal:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	
Banco:	
Nome e nº da Agência:	
Conta Bancária:	

Tipo de Empresa:

<input type="checkbox"/> Individual;
<input type="checkbox"/> LTDA;
<input type="checkbox"/> LTDA-ME;
<input type="checkbox"/> LTDA-EPP;
<input type="checkbox"/> Sociedade Anônima;
<input type="checkbox"/> Microempresa Individual (MEI);
<input type="checkbox"/> Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI.

Dados da Pessoa Responsável (Administrador):

Nome:		
CPF n.º:		
RG n.º:	Órgão Expedidor:	Estado:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	
Telefone:	E-mail:	

Dados para o Cadastramento dos Sócios (Informar todos os sócios):

Nome:		
CPF n.º:		
RG n.º:	Órgão Expedidor:	Estado:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	
Telefone:	E-mail:	

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

78



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2025

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, com sede Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, CEP.: 78320-000 - Cx. Postal 01, na cidade de Juína-MT, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.359.201/0001-57, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, **PAULO AUGUSTO VERONESE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 609/2023 e demais legislações aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, APH - SAMU E MATERIAIS PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação n.º 064/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Seq.	Código	Descrição (Item)	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Juína-MT, por meio da Secretaria Municipal Finanças e Administração.

3.1.1. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos serviços/materiais/produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os serviços/materiais/produtos a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
- g) Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos serviços/materiais/produtos, através de Servidor designado para tal.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir o item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os

80



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

5.5. O Cadastro de Reserva será composto pela ordem de classificação originária de lances, respeitando a preferência dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e posterior para os licitantes que mantiverem suas propostas originárias.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.6.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição/contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se inferior ou superior ao preço praticado no mercado deverá ser aplicado as disposições dos arts. 38 a 39, do Decreto Municipal nº 609, de 28 de dezembro de 2023.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



9.1.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.;

9.1.5. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, prejudique o cumprimento da ata;

9.1.6. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.6.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Juína-MT, ___ de ____ de 2025.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
ÓRGÃO GERENCIADOR
PAULO AUGUSTO VERONESE
Prefeito Municipal

CNPJ/MF N.º _____
FORNECEDOR REGISTRADO

Representante Legal/Preposto

TESTEMUNHAS

1 -

2 -

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ____/2025

Processo Administrativo n.º 145/2025

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº ____/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL, PAULO AUGUSTO VERONESE E

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, CEP.: 78320-000 - Cx. Postal 01, na cidade de Juína-MT, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.359.201/0001-57, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **PAULO AUGUSTO VERONESE**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), brasileiro(a), solteiro(a), função, portador(a) da Cédula de Identidade n.º, .../....., e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º, residente e domiciliado(a) no Município de, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 064/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI'S, APH - SAMU E MATERIAIS PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Seq.	Código	Descrição (Item)	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

86



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (valor por extenso).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado será de até **30 (trinta) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme previsto no Termo de Referência.
- 6.2. Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado a partir da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (data da sessão pública), considerando o valor contratado pela Administração.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas IGPM-FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Juína-MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO, relacionados com o objeto pactuado.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos bens/produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.8. Manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.1.14. Entregar os bens/produtos embalados e conforme as suas especificações, no prazo e local informados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Faturam na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

9.1.15. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos bens/produtos fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.

9.1.16. Fornecer materiais/produtos originais, novos, de primeira linha e normatizados.

9.1.17. Aos produtos que requerem personalização, cabe a CONTRATADA fornecer estes conforme as cores, escritas, arte/bordado e tamanhos definidos pela secretaria, ressalta-se que as especificações supramencionadas serão informadas pela secretaria solicitante.

9.1.18. Todo EPI (Equipamento de Proteção Individual) fornecido, deverá apresentar, obrigatoriamente, o CA (Certificado de Aprovação) válido na data de recebimento deste, em conformidade com NR 6 da Portaria Ministério do Trabalho e Previdência nº 2.175, de 28 de julho de 2022, que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização e utilização EPI.

9.1.19. Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem estar, no que couber, em conformidade junto aos órgãos anuentes (ABNT, ANVISA, INMETRO, etc) e fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original.

9.1.20. Os equipamentos, materiais e/ou produtos entregues deverão estar compatíveis com a marca e modelo ofertados na proposta.

9.1.21. Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem conter as instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, além do número do lote de fabricação.

9.1.22. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência, sem prévia autorização do Contratante.

9.1.23. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução desta(e) ata/contrato.

9.1.24. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos, bem como custo total do frete, transporte e descarregamento.

9.1.25. Comunicar imediatamente no prazo mínimo de 24 horas, formalmente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondências.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

90



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) dias;

2) Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- 8 - 01.001.04.122.0002.2005.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 15 - 01.001.04.122.0002.2005.4.4.90.52.1.500.0000000;
- 95 - 02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.30.1.500.1001000;
- 103 - 02.100.12.361.0002.2203.4.4.90.52.1.500.1001000;
- 287 - 03.105.10.301.0013.2304.3.3.90.30.1.600.0000000;
- 293 - 03.105.10.301.0013.2304.4.4.90.52.1.500.1002000;
- 313 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.30.1.500.1002000;
- 313 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.30.1.600.0000000;
- 313 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.30.1.621.0000000;
- 319 - 03.105.10.302.0015.2315.4.4.90.52.1.500.1002000;
- 325 - 03.105.10.302.0015.2316.3.3.90.30.1.600.0000000;
- 329 - 03.105.10.302.0015.2316.4.4.90.52.1.500.1002000;
- 434 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.30.1.500.1002000;
- 434 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.30.1.600.0000000;
- 434 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.30.1.621.0000000;
- 508 - 04.140.04.331.0036.2414.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 708 - 06.180.08.244.0006.2601.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 715 - 06.180.08.244.0006.2601.4.4.90.52.1.500.0000000;
- 823 - 07.100.04.122.0002.2702.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 883 - 07.110.04.122.0002.2713.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 944 - 08.190.04.122.0002.2822.3.3.90.30.1.500.0000000;
- 1031 - 09.100.04.122.0002.2902.3.3.90.30.1.500.0000000.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 609/2023 e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133,



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Juína-MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Juína-MT, ___ de _____ de ____.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
CONTRATANTE
PAULO AUGUSTO VERONESE
Prefeito Municipal
CPF/MF N.º

CNPJ/CPF/MF N.º
CONTRATADA

Representante Legal
CPF/MF N.º

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Assinaturas

ISABELLA CRYSTINA GONCALVES DA CUNHA (XXX.095.791-XX)

Título: Agente de Contratação

Assinatura: Eletrônica



Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código 3a298a1c-bc7d-4e7b-bd4d-31aa7c54505b, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.